

Salomé Vieira Neves

# **MODELO ECOLÓGICO E O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS**

Um Estudo de Caso na Casa dos Pequeninos  
em São Tomé e Príncipe



ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

**Dissertação de Mestrado em Serviço Social**

COIMBRA, 2023



O Modelo Ecológico e o Acolhimento de Crianças  
Um Estudo de Caso na Casa dos Pequenininos em São Tomé e Príncipe

Salomé Vieira Neves

Dissertação Apresentada ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social

**Orientador:** Professor Doutor Manuel Menezes, Professor auxiliar do ISMT

**Coorientadora:** Professora Doutora Olga Santos, Professora no Instituto Politécnico de  
Leiria

**Membros do júri**

**Presidente:** Professora Doutora Dulce Simões

**Arguente:** Professora Doutora Sónia Ribeiro

**Coimbra, outubro**

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à força espiritual que me guiou ao longo da realização deste trabalho de investigação.

Família é o bem mais valioso da vida, a realização desta investigação venceu ainda mais esta certeza e sou eternamente grata pelos que tenho a meu lado.

Pude contar com o apoio daqueles que são responsáveis pela pessoa que hoje sou: os meus pais, tudo o que fazem por mim, para eles não há palavras que permitam descrever a gratidão que sinto.

À minha irmã Camila, por tudo e mais alguma coisa, sei que está sempre a apoiar-me, espero conseguir estar presente em todos os momentos bons e menos bons na tua vida.

A todos os restantes familiares, avós principalmente, aos meus amigos, que sempre me motivaram e impulsionaram, fazendo-me querer que é possível.

Ao meu orientador, ao Professor Doutor Manuel Menezes por todo o profissionalismo sempre demonstrado, pela capacidade de dar resposta a todas as minhas dúvidas e inquietações.

À minha coorientadora, Professora Doutora Olga Santos, por ter acompanhado de forma completa o estágio curricular da minha licenciatura, por me ter apoiado na realização desta dissertação e pelos melhores conselhos dados nas viagens a São Tomé e Príncipe.

Aos restantes professores do Instituto Superior Miguel Torga pela eficiência com que souberam lidar com as incertezas inevitáveis de um percurso de dissertação.

À Casa dos Pequenininhos, às crianças que dela fazem parte, aos colaboradores, às responsáveis institucionais e, sobretudo, às famílias, sem as quais a realização desta investigação não teria sido possível.

Não menos importante, à minha equipa de trabalho atual, pela compreensão e acessibilidade. Fui encontrar na Fundação Arca da Aliança, excelentes profissionais, mas, acima de tudo, excelentes seres humanos.

Enfim, a todos aqueles que fizeram parte deste percurso que tanto gosto me deu viver.

## Resumo

A temática desta investigação assenta no Modelo Ecológico de Avaliação do Risco/Perigo com relação ao Acolhimento de Crianças. Desta forma, foi realizado um estudo de caso na Casa dos Pequeninos, instituição de acolhimento de crianças em São Tomé e Príncipe. No âmbito da realização desta dissertação de mestrado, definiu-se como principal objetivo analisar as famílias, com o intuito de compreender como os diferentes domínios do modelo ecológico de avaliação do risco e os fatores de risco/proteção por eles evidenciados, contribuíram para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninos. Como objetivos específicos definiram-se os seguintes: caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias das crianças institucionalizadas; perceber quais as dificuldades/condicionalismos presentes no contexto familiar ao nível da capacidade de resposta às necessidades desenvolvimentais das crianças; descrever e analisar as competências parentais, por forma a perceber a presença de fatores de risco e fatores de proteção nas famílias e aferir os impactos dos fatores familiares e ecológicos no bem-estar das crianças. Como o próprio título de dissertação indica, este foi um estudo de caso, pelo que a metodologia utilizada foi a qualitativa. Uma das principais conclusões que se retira desta investigação diz respeito ao facto dos domínios do modelo ecológico e dos fatores de risco que se destacam no seu âmbito terem contribuído para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninos. De entre estes fatores de risco salienta-se a presença de condutas relacionadas com o alcoolismo, o elevado número de filhos e a desconsideração paternal e maternal das necessidades das crianças. Também se constatou o baixo nível de formação dos familiares e a inacessibilidade a diferentes recursos devido aos condicionalismos financeiros. Pôde-se verificar algumas dificuldades no ambiente familiar e que podem condicionar a capacidade de resposta às necessidades da criança, nomeadamente, a distância física entre a zona de residência e a instituição de acolhimento que limitam o conhecimento interpessoal entre as crianças e suas famílias. No que diz respeito às competências parentais salienta-se a não adoção da melhor conduta em caso de desobediência infantil, como possível fator de risco. A falta de condições físicas habitacionais pode limitar o bem-estar das crianças.

**Palavras-Chave:** Famílias, Acolhimento Residencial, Modelo Ecológico, Fatores de Risco/Perigo.

## Abstract

The subject of this research is based on the Ecological Model of Risk/Danger assessment in relation to Childcare. In this way, a case study was conducted at Casa dos Pequeninos, a childcare centre in São Tomé and Príncipe. As part of this master's thesis, the principal objective was to analyse the families in order to understand how the different domains of the ecological model of risk assessment and the risk/protection factors they highlighted contributed to the institutionalisation of the children at Casa dos Pequeninos. The specific objectives were as follows: to characterise the sociodemographic profile of the families of institutionalised children; to understand the difficulties/conditionalities present in the family context in terms of the ability to respond to the children's developmental needs; to describe and analyse parental competences in order to understand the presence of risk factors and protective factors in the families and to assess the impact of family and ecological factors on the children's well-being. As the title of the dissertation indicates, this was a case study, so the methodology used was qualitative. One of the main conclusions drawn from this research is that the domains of the ecological model and the risk factors that stand out within have contributed to the institutionalisation of the children at Casa dos Pequeninos. Among these risk factors, we highlight the presence of behaviours related to alcoholism, the high number of children and paternal and maternal disregard for the children's needs. The family members' low level of education and inaccessibility to different resources due to financial constraints were also noted. There were some difficulties in the family environment that could affect the ability to respond to the child's needs, namely the physical distance between the area of residence and the care centre, which limits interpersonal contact between the children and their families. With regard to parenting skills, the failure to adopt the best behaviour in the event of child disobedience stands out as a possible risk factor. The lack of physical housing conditions can affect the children's wellbeing.

**Keywords:** Families, Residential Care, Ecological Model, Risk/Danger Factors.

## Índice

	Pág.
<b>Agradecimentos</b> _____	i
<b>Resumo</b> _____	ii
<b>Abstract</b> _____	iii
<b>Índice</b> _____	iv
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas</b> _____	vi
<b>Introdução</b> _____	1
<b>Capítulo I – Enquadramento Teórico</b> _____	5
1 – Famílias: de que Falamos? _____	5
2 – Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens _____	10
3 – Parentalidade Positiva: sua Importância para o Bem-Estar da Criança _____	13
4 – Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe _____	14
5 – Modelo Ecológico: um Importante Instrumento de Avaliação do Risco/Perigo _____	16
<b>Capítulo II – Metodologia da Pesquisa</b> _____	24
1 – Definição dos Procedimentos Metodológicos _____	24
1.1. Objeto de Estudo _____	24
1.2. Objetivos de Estudo _____	24
1.3. Campo Empírico da Pesquisa _____	26
1.4. Métodos de Pesquisa _____	28
1.5. Universo e Amostra _____	29
1.6. Técnicas de Recolha de Dados _____	30
1.7. Análise de Dados _____	31
<b>Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados</b> _____	34
1 – Caracterização das Crianças da Casa dos Pequenininos _____	34
2 – Caracterização do Perfil Sociodemográfico das Famílias _____	36
2.1. Caracterização Demográfica das Famílias _____	36
2.2. Perfil Profissional das Famílias _____	37
2.3. Perfil Económico das Famílias _____	39

	Pág.
2.4. Características Sociais das Famílias _____	40
3 – Capacidade de Resposta às Necessidades de Desenvolvimento das Crianças _	42
4 – Competências Parentais _____	50
5 – Fatores Familiares e Ecológicos _____	54
<b>Conclusão</b> _____	60
<b>Referências Bibliográficas</b> _____	63
<b>Apêndices</b>	

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

CADBEC – Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças;

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

ONG – Organização Não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana;

MEAIRP – Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo.



## Introdução

A presente investigação surge no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga e define como temática “O Modelo Ecológico e o Acolhimento de Crianças: Um Estudo de Caso na Casa dos Pequeninos em São Tomé e Príncipe”.

De um modo introdutório, é importante afirmar que o conceito de família é muito abrangente, já que pode incluir relações que não se integrem no conceito tradicional de família biológica, como o “relacionamento entre pessoas, que não necessariamente compartilham o mesmo domicílio e os mesmos laços sanguíneos ou de parentesco” (Gueiros, 2010, p. 128). A abrangência deste conceito é visível em inúmeras investigações, no entanto, “talvez ainda não esteja suficientemente incorporada nas ações institucionais” (Gueiros, 2010, p. 128). Gomes e Pereira (2005) referem que algumas transformações ocorridas ao nível social, económico e cultural “no processo de globalização da economia capitalista” (p. 358) têm vindo a influenciar a estrutura familiar e o próprio conceito de família “possibilitando alterações em seu padrão tradicional de organização” (p. 358). Por estes factos, este conceito deve ser referido no plural, famílias, de maneira a que se inclua a variedade de relações que coexistem socialmente (Gomes e Pereira, 2005).

Relativamente às famílias, é importante compreender que estas têm uma influência considerável no bem-estar das crianças, pelo que as instituições que acolhem crianças devem respeitar o seu direito a receberem visitas, tal como se menciona na obra de Silva et al. (2020): “a visita familiar é um direito da criança e do adolescente em acolhimento institucional e sua prática auxilia estes e suas famílias a enfrentarem e a lidarem com as dores decorrentes do afastamento familiar” (p. 60).

Contudo, é importante ter em consideração o motivo de institucionalização das crianças, uma vez que, dependendo da sua história de vida, a visita familiar pode, pelo contrário, ter um efeito negativo no bem-estar da criança.

Exemplo disso foi a pesquisa desenvolvida por Yazawa et al. (2019) que procurou relacionar as visitas familiares com os sintomas depressivos apresentados por crianças institucionalizadas no Japão. Nesta investigação, uma das principais constatações assentou no facto de que as crianças institucionalizadas que tiveram mais visitas parentais mostraram sintomas depressivos mais elevados do que aquelas que não tiveram qualquer registo de visita familiar.

Por estes factos, considera-se fundamental que as instituições de acolhimento residencial trabalhem cada vez mais com as famílias das crianças institucionalizadas, para que estas não vejam o seu desenvolvimento comprometido. Neste sentido, Oliveira e Pimentel (2021) afirmam que é muito importante conhecer o “modelo de funcionamento de cada família” (p. 301), uma vez que, não há um modelo universal e que cada uma tem o seu modo de funcionamento. Estas autoras indicam que, uma vez identificado este modelo é possível “garantir uma intervenção especializada e em função das características e especificidade de cada uma, sobretudo as famílias cujas C/J<sup>1</sup> se encontram em situação de acolhimento residencial” (p. 301).

No entanto, cada realidade e cada cultura apresenta as suas particularidades e, claramente, que a realidade de São Tomé e Príncipe é singular e também ela tem as suas especificidades, tornando-se importante compreendê-las, já que serão o foco desta investigação.

Segundo o Banco Mundial (2022), a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país que ainda se encontra em desenvolvimento, sendo que o seu nível de rendimento é identificado como médio baixo. Por outro lado, demograficamente, este é um país com, aproximadamente, 215 mil habitantes, dos quais 115 mil têm idades compreendidas entre os 0 e os 19 anos (53,3%), o que demonstra que esta é uma população maioritariamente jovem (Pirâmide Populacional, 2019). Para além disso, estes dados indicam que em São Tomé e Príncipe existem muitas crianças, sendo que há uma tendência para o aumento destes números.

Considerando esta informação, e tendo em conta que São Tomé e Príncipe é um país que ainda se encontra em desenvolvimento, considera-se ser necessário avaliar a proteção da infância, uma vez que, apesar das melhorias, ainda há muito trabalho a desenvolver, tal como menciona Costa (2019):

É de salientar o esforço que o Governo Santomense tem feito para dar respostas às questões que dizem respeito à proteção da criança, mas tem-se verificado a existência de várias práticas em São Tomé e Príncipe que podem colocar em causa o desenvolvimento adequado da criança (p. 2).

Estes dados revelam o quão importante é a existência de respostas sociais capazes de integrar crianças submetidas a este tipo de situações, promovendo-se assim um desenvolvimento e crescimento saudável. Para além disso, torna-se imperativo consciencializar e trabalhar com as famílias destas crianças já que a intervenção em

---

<sup>1</sup> A sigla citada significa criança ou jovem.

situação de perigo, em São Tomé e Príncipe, se rege, entre outros princípios, pela integração da criança na família,

na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em ambiente familiar, sejam estas alcançadas por via da reintegração na família biológica nuclear, alargada, adopção ou outra a considerar (Código de Organização Tutelar de Menores)<sup>2</sup>.

Por outro lado, e sendo a criança um sujeito de direitos, que deve ser protegida, é importante pensar numa intervenção que se oriente por este princípio aliando-o à promoção de uma parentalidade positiva. Em Inglaterra, desenvolveu-se o *Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo* (MEAIRP) para a infância. Esta é uma forma de intervenção que se foca na criança, no seu bem-estar e na promoção de competências parentais, “apoia-se nos conhecimentos actuais sobre o desenvolvimento infantil e adopta uma perspectiva ecológica, situando a criança e a família na comunidade” (Canhão, 2007, p. 10). Este modelo implica a existência de um trabalho em equipa, entre entidades parceiras, estando presentes a interinstitucionalidade e a interdisciplinariedade. Os domínios deste modelo são as necessidades de desenvolvimento da criança, as competências parentais da família e os fatores familiares e ecológicos.

Estando esta dissertação mais direccionada para as famílias e suas relações, no enquadramento teórico, não obstante se desenvolver uma abordagem das necessidades da criança, focar-nos-emos, principalmente, nas competências parentais, na parentalidade positiva e nos fatores familiares e ecológicos.

Assim sendo, na presente investigação pretende-se analisar as famílias com o intuito de compreender como os diferentes domínios do modelo ecológico de avaliação do risco e os fatores de risco/protecção por eles evidenciados, contribuíram para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequenininhos (*objetivo geral*), pelo que se coloca a seguinte *questão de partida*: “Como é que as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos, ao condicionarem a satisfação das necessidades das crianças, contribuíram para a sua institucionalização?”.

Tendo em conta a delimitação da questão de partida e a definição do objetivo geral, indicam-se como *objetivos específicos*, i) caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias das crianças institucionalizadas, ii) perceber quais as dificuldades/condicionalismos presentes no contexto familiar ao nível da capacidade de

---

<sup>2</sup> Cf. Lei n.º 20/2018, de 12 de novembro.

resposta às necessidades desenvolvimentais das crianças, iii) descrever e analisar as competências parentais por forma a perceber a presença de fatores de risco e fatores de proteção nas famílias e iv) aferir os impactos dos fatores familiares e ecológicos no bem-estar das crianças.

Esta dissertação estrutura-se em três grandes partes: uma primeira parte relativa ao enquadramento teórico, uma segunda parte em que se aborda a metodologia de pesquisa e uma terceira parte que diz respeito à análise dos resultados obtidos.

No enquadramento teórico, refletir-se-á um pouco sobre alguns conceitos relativos ao que se entende por famílias, far-se-á uma breve abordagem sobre o acolhimento residencial de crianças e jovens e sobre a importância da parentalidade positiva para o bem-estar das crianças. Para além disso, será feita uma revisão sobre a promoção e proteção dos direitos das crianças em São Tomé e Príncipe e sobre a importância do modelo ecológico como instrumento de avaliação do risco/perigo.

Na metodologia de pesquisa serão definidos o objeto de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos, o campo empírico de pesquisa, os métodos de pesquisa, o universo e amostra, as técnicas de recolha e análise de dados.

No terceiro capítulo será feita a análise dos dados recolhidos, e considerando que o guião de entrevista será constituído em quatro partes, a estrutura deste terceiro capítulo prender-se-á com a estrutura do guião de entrevista.

Por último, realizar-se-á uma conclusão desta dissertação, com destaque para os principais resultados obtidos, aprendizagens e aspetos a melhorar em investigações futuras.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

### 1. Famílias: de que Falamos?

Família é contexto natural para crescer.  
Família é complexidade.  
Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afectivos.  
Família gera amor, gera sofrimento.  
A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se (Relvas, 1997).

Como referido anteriormente, com esta dissertação de mestrado pretende-se realizar uma investigação sobre as famílias e o relacionamento destas com as instituições de acolhimento residencial, delineando o seu perfil. Para além disso, também se pretende identificar as dificuldades ao nível da capacidade de resposta às necessidades de desenvolvimento da criança, analisar as competências parentais de que estas são dotadas, com base no modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância, e ainda confrontar os impactos dos fatores familiares e ecológicos com o bem-estar das crianças.

Na introdução deste trabalho de investigação, fez-se referência à abrangência do conceito de família, pelo que se considerou importante falar em famílias. No entanto, importa mencionar que este é um conceito que não encontra uma definição universal (Amaro, 2014). Pelo contrário, Oliveira e Pimentel (2021) verificam que tem existido alguma concordância quanto à sua evolução, sendo que “tem vindo a sofrer imensas alterações ao longo das últimas décadas” (Oliveira e Pimentel, 2021, p. 301). Por outro lado, este é um conceito que tem, não só interesse no sentido investigativo e académico, como também a nível político, já que é utilizado por “governos ou instituições da sociedade civil na determinação das políticas de família” (Amaro, 2014, p. 1).

Este autor aborda o conceito de família definido na teoria de Murdock e na teoria de Giddens, sendo que ambas são alvo de algumas críticas. Por um lado, considerando Amaro (2014), a definição de Murdock fundamenta-se com base em três elementos essenciais. Em primeiro lugar, menciona-se a existência de uma residência partilhada por todos os elementos que constituem a família. Para além disso, faz-se referência à cooperação económica e ao fator reprodução inerentes a este grupo social e, ainda, ao relacionamento sexual entre pessoas de sexo diferente.

No entanto, de entre as críticas apontadas, pode-se salientar o facto da residência partilhada nem sempre se verificar nas famílias, já que há famílias que não deixam de o ser por viverem em espaços habitacionais diferentes. Neste sentido, Amaro (2014) refere ainda que “nas sociedades contemporâneas, por exemplo, atividades como preparar ou tomar refeições, dormir, ter relações sexuais ou gerir a educação das crianças não são sempre realizadas num alojamento” (p. 2). Para além da residência, também a cooperação económica é um aspeto que nem sempre se verifica nos grupos sociais que são considerados famílias. Quanto à reprodução, considera-se que esta “não é a única forma de constituição de laços de parentalidade, podendo haver famílias onde a parentalidade biológica foi substituída pela parentalidade social” (Amaro, 2014, p. 2). Por último, e no que se refere ao relacionamento sexual entre pessoas de sexo diferente, indica-se que na atualidade, em alguns países, também se constituem famílias com casais do mesmo sexo. Contudo, a definição de Murdock é remetida para o ano de 1949 e a sociedade sofreu uma evolução significativa desde essa altura.

Por outro lado, quanto à definição de Giddens, afirma-se que este considera que o elemento fundamental nas famílias é o parentesco e que neste grupo social, os adultos são responsáveis pelo bem-estar das crianças. De acordo com Amaro (2014), esta não era uma definição de aplicação universal, já que se encontrava relacionada com a existência de crianças e, por exemplo, em 2014, pessoas do mesmo sexo não podiam adotar crianças, no entanto, a constituição de casais por pessoas do mesmo sexo é uma questão muito recente. Apesar de, na atualidade, e em países como Portugal, já seja possível, legalmente, casais do mesmo sexo adotarem crianças, em São Tomé e Príncipe ainda não o é, além de que nem todas as famílias têm obrigatoriamente que ter, na sua constituição, crianças, pelo que se considera que a definição de Giddens pode não ser aceite universalmente.

O Instituto Nacional de Estatística (INE), em Portugal, define famílias como o “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento” (INE, 1994). Tendo em consideração esta definição, há um termo que se destaca, tal como na definição de Giddens: o parentesco e, de acordo com Amaro (2014), parentesco “designa o conjunto das relações que se estabelecem entre dois ou mais indivíduos pelo facto de terem uma ascendência comum ou por motivo de aliança com origem no

casamento” (p. 5). Para além do parentesco, a definição do INE também aborda a questão do alojamento partilhado pelos membros de uma família e, como se verificou anteriormente, existem famílias que não deixam de o ser por partilharem residências diferentes.

Importa ainda rever alguns outros autores que procuraram investigar o conceito de famílias e as suas implicações. De acordo com Rocha et al. (2015), as famílias desempenham um papel fundamental na vida de qualquer pessoa, já que são o primeiro agente socializador, tendo um “importante valor no âmbito das relações sociais do ser humano” (p. 100). Para além disso, “é nela em que, geralmente, são vividos os primeiros estágios de desenvolvimento do sujeito e em que se aprende a perceber o mundo, pois ela faz o papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade” (Rocha et al., 2015, p. 100).

Neste sentido, percebe-se que há uma evolução deste conceito ao longo do tempo, mas é interpretado de diferentes formas por diferentes autores e instituições, pelo que não há uma definição universal.

Tendo em consideração esta discussão, importa olhar para a forma como em São Tomé e Príncipe se interpreta o conceito de famílias. De acordo com o Código de Família<sup>3</sup>, as relações familiares emergem, não só do casamento, como também de relações de união de facto, de parentesco, de afinidade e de adoção.

Em primeiro lugar, o casamento define-se como “união voluntária entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código” (Código de Família, p. 2085). Quanto a esta definição, importa refletir sobre a heterossexualidade que lhe está inerente, sendo que se afirma que pessoas do mesmo sexo não podem celebrar entre si o matrimónio e também não poderão adotar crianças, como se verá mais adiante.

Por outro lado, também o Código de Família define relações de união de facto, que se afirmam como uma “convivência estável, singular e séria entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família e, sendo legalmente aptas para contrair casamento, não o tenham celebrado” (p. 2085).

Relativamente ao parentesco, este “é o vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum” (Código de Família, p. 2085). Esta é uma definição que difere da

---

<sup>3</sup> Cf. Lei n.º 19/2018 de 11 de outubro.

que foi mencionada anteriormente, já que Amaro (2014) inclui as relações de parentesco que emergem do casamento. Também é importante compreender que, em São Tomé e Príncipe, o parentesco concretiza-se pela vinculação das gerações com ambos os parentes.

Quanto à afinidade, a mesma legislação indica-a como uma relação que se determina “pelos mesmos graus e linhas que definem o parentesco” (p. 2085).

A última fonte jurídica de relação familiar mencionada é a adoção que “à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre o adoptante e o adoptado” (Código de Família, p. 2085). Para além disso, esta estabelece-se tendo em consideração o superior interesse da criança e constrói entre os adotantes e os adotados uma relação de parentesco semelhante à que existe entre pais e filhos, sendo que se definem os mesmos direitos e deveres. No entanto, tal como referido anteriormente, em São Tomé e Príncipe, pessoas do mesmo sexo não podem adotar crianças, uma vez que apenas “podem adoptar as pessoas casadas e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto e as pessoas unidas de facto há mais de três anos, se ambas tiverem mais de 25 anos” (Código de Família, p. 2143). Como o casamento e as relações de união de facto se estabelecem entre pessoas de sexo diferente, considera-se que pessoas do mesmo sexo não possam participar em processos de adoção. A este nível, são mencionadas mais algumas particularidades sobre quem pode adotar no artigo 408.º do Código de Família, mas nenhuma delas se refere à adoção por parte de casais do mesmo sexo.

Tendo em consideração Furlan e Sousa (2014), a instituição que representa a família tem responsabilidades acrescidas no que toca à proteção social em diversas sociedades. São Tomé e Príncipe também se insere nesta realidade, já que, segundo, o primeiro ponto do artigo 296.º do Código de Família “compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir e assegurar a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens” (p. 2127). Contudo, Furlan e Sousa (2014) afirmam que esta responsabilidade de proteção não é “suficiente para evitar as condições de vulnerabilidade e risco social” (p. 502), o que tem repercussões na vida das crianças e adolescentes que estão ao seu cuidado. Para além disso, considerando Rocha et al. (2015), apesar da família ser um organismo fundamental no valor social que representa para os indivíduos, esta “pode ou não ser um lugar seguro para crescer, de forma que nem toda criança poderá viver com sua família” (p. 101). Por estes factos, importa mencionar que as famílias se observam



como estruturas capitalistas que propagam desigualdades, cuja emergência começa desde a definição do próprio conceito, visto que “a definição de família pode condicionar, assim, os direitos das pessoas e criar até situações de discriminação e exclusão social” (Amaro, 2014, p. 1).

Indica-se que, de acordo com o Código de Família, em São Tomé e Príncipe, os pais e filhos devem-se respeitar e cooperar uns com os outros, para além de que o dever de assistência “compreende a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, de acordo com os recursos próprios para os encargos da vida familiar” (p. 2126). Para além disso, e tendo em conta o referido anteriormente, os pais também devem garantir a sustentabilidade dos seus filhos e “assumir as despesas relativas à sua segurança, saúde e educação até a maioridade” (Código de Família, p. 2127). Contudo, a prática difere da teoria e, neste caso, do que está legislado, por isso, identificam-se situações e famílias onde não se promove, nem a segurança, nem o bem-estar, tornando-se fundamental a intervenção e sensibilização das mesmas.

Tendo em consideração Medina et al. (2018), as vivências em contexto familiar ou mesmo em contexto institucional podem influenciar o desenvolvimento de situações de maus-tratos. Estes autores consideram que se podem presenciar alguns fatores de risco quando se observam “problemas de comunicação e/ou *deficit* no exercício das responsabilidades parentais”, “existência de elementos da família com vulnerabilidades particulares – situação de dependência, exclusão social, desemprego, precariedade laboral, alcoolismo e outras toxicodependências, doença mental, crianças com deficiência...”, “*deficit* de apoio social, económico e psicológico ou agregados pouco permeáveis à intervenção quando desejável”, “fragilidade estrutural e disfuncionalidade na dinâmica familiar – relações instáveis, famílias numerosas em contextos desfavoráveis, violência doméstica, gravidez não desejada, mudança frequente de residência, entre outros” e “vivências escolares pautadas por diversas formas de violência, nomeadamente, *bullying*” (p. 16).

Importa mencionar que há crianças que veem os seus direitos serem violados, não recebendo proteção das famílias quanto a estas violações, tal como refere Sousa e Pinheiro (2019). De acordo com estas autoras, apesar da legislação que tem vindo a ser instituída, “observa-se que ainda persiste uma severa distância que não lhe garante plenamente seus direitos nem políticas públicas efetivas que atendam às suas necessidades biopsicossociais” (p. 807).

A este nível, menciona-se o direito da criança e do adolescente à convivência com a sua família e com a sua comunidade, já que, de acordo com algumas pesquisas efetuadas por Furlan e Sousa (2014), há um reconhecimento generalizado de que “os laços familiares e a afetividade garantida na família são de fundamental importância para o desenvolvimento, proteção e socialização das crianças e adolescentes” (p. 502). Assim, as crianças que são privadas de conviver com a sua família, veem o seu bem-estar e desenvolvimento comprometidos, o que se pode considerar um ambiente de violência intrafamiliar, sendo que esta inclui “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física e psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família” (Rocha et al., 2015, p. 111).

De acordo com a investigação destes mesmos autores, a institucionalização de crianças acaba por ser tida como uma medida negativa, mas que é necessária, uma vez que, não existindo famílias que possam acolher as crianças, a principal medida de proteção quando se trata de situações de vulnerabilidade são as instituições de acolhimento, que serão abordadas de seguida.

## **2. Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens**

Uma vez que esta pesquisa incide sobre as famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, importa fazer uma breve abordagem sobre o acolhimento residencial de crianças e jovens, já que, como referido anteriormente, é uma medida negativa, mas necessária, tornando-se fundamental refletir sobre ela.

Tendo em consideração Carvalho e Salgueiro (2018), o acolhimento residencial deve responder a diferentes necessidades resultantes de situações específicas, contudo esta resposta varia, de acordo com os regulamentos de cada país. As mesmas autoras afirmam que:

Podem ser identificadas diferenças significativas de país para país, tanto ao nível das medidas implementadas como de caracterização das crianças e jovens em acolhimento. As respostas e modelos de intervenção decorrem da organização de uma determinada sociedade, num tempo definido, à luz de normas e princípios orientadores edificados a partir da evolução dos conceitos de infância e juventude em risco nos planos nacional e internacional (Carvalho & Salgueiro, 2018, pp. 35-36).

Tendo em conta o referido, é possível compreender que cada país se constitui de forma diferente e, portanto, o acolhimento residencial de crianças adapta-se considerando a realidade em questão.

Segundo a SOS Children's Villages (2014)<sup>4</sup>, em alguns países, 70% das crianças que estão em cuidados opcionais poderiam ser reintegradas em meio natural de vida se existisse um reforço familiar ajustado. Isto quer dizer que, nalguns casos, as crianças poderiam estar integradas nas suas famílias se existissem respostas de apoio nas diferentes comunidades.

No entanto, a existência de fatores de risco no contexto familiar torna imperativo aplicar a medida de institucionalização da criança (Costa, 2021). Tendo em consideração a UNICEF (2006) e a SOS Children's Villages (2014) há um conjunto de problemas sociais relacionados com o acolhimento residencial: a pobreza, a morte de progenitores ou cuidadores, a separação familiar justificada pela emigração, conflitos armados ou catástrofes naturais, as doenças ou incapacidades, nomeadamente aquelas que são causadas pela transmissão do vírus de imunodeficiência humana (VIH). Ainda em acréscimo, indicam-se como problemas sociais que justificam o acolhimento residencial, a existência de doenças mentais ou mesmo consumo excessivo de substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas, pelo/a pai/mãe ou cuidador/a, as deficiências ou incapacidades, problemas de conduta das crianças e a violência (física, psicológica, abuso, negligência,...).

Por outro lado, considerando Medina et al. (2018), em São Tomé e Príncipe, podem-se identificar um conjunto de fatores que se associam à ocorrência de maus-tratos e que se encontram relacionados com os aspetos anteriormente mencionados: dificuldades no processo de relacionamento com a criança ou jovem, exposição ao stress, baixa autoestima, personalidade imatura e compulsiva, historial de vivência pessoal de maus-tratos, parentalidade juvenil e inexperiência e falta de conhecimentos acerca do desenvolvimento das crianças.

Para além destes aspetos, os mesmos autores identificam aspetos relacionados com a própria criança ou jovem e que podem ser considerados fatores de risco para a ocorrência de maus-tratos, tais como: a vulnerabilidade no que diz respeito à idade e necessidades, a personalidade que não coincide com as expectativas dos

---

<sup>4</sup> A *SOS Children's Villages* é uma organização não governamental (ONG) cuja atuação é orientada para a proteção de crianças sem apoio parental e para a proteção de famílias em risco.

pais/cuidadores, a verificação de necessidades especiais na criança/jovem e o género, que pode não corresponder às expectativas iniciais.

Neste sentido, reforça-se a ideia de que o desencadeamento deste tipo de situações pode levar ao acolhimento residencial da criança ou jovem. No entanto, importa salientar que “muitos destes problemas podem ser trabalhados no campo da prevenção, o que poderia evitar atempadamente a necessidade de separação da criança ou jovem da família” (Carvalho e Salgueiro, 2018, p. 36).

Por outro lado, importa perceber que sendo necessária a colocação em acolhimento residencial, torna-se fundamental que a vivência neste seja de qualidade. Costa (2021) afirma que muitas instituições de acolhimento residencial têm um regulamento muito rigoroso. Para além disso, esta autora indica que cada cuidador(a) tem à sua responsabilidade demasiadas crianças ou jovens, salientando a sua instabilidade na vida destes, justificada pela alternância de horários. Esta situação origina uma “prestação de cuidados que se foque no colmatar de necessidades como comer, dormir, ter aquecimento, higiene, etc., e de saúde física, em detrimento do estabelecimento de relações e cuidados individualizados” (Costa, 2021, p. 37).

Importa salientar a contribuição, por parte das instituições, para um desenvolvimento saudável das crianças ou jovens, pelo que se propõe:

número reduzido de cuidadores (com conhecimentos não só em cuidados e saúde física mas também de psicologia do desenvolvimento) para cada C/J (no máximo dois a três preferencialmente), especialmente nas idades mais precoces, porque mesmo em ambiente institucional, é possível que a C/J venha a estabelecer uma relação de vinculação organizada com uma figura parental, responsiva, que a ajude e proteja de forma que lhe seja assegurada uma elevada qualidade na prestação de cuidados; promover as competências parentais na família e proporcionar-lhe condições para, o mais rápido possível, voltar a receber a C/J. As relações significativas que forem estabelecidas podem funcionar como fatores de proteção, promovendo sentimentos de segurança e resiliência, funcionando como eventuais atenuantes e moderadores dos fatores de risco (Costa, 2021, pp. 37-38)

Por estes factos, considera-se que as instituições podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de uma parentalidade positiva junto das famílias de origem, para que a criança possa ser reintegrada no seu meio natural de vida. Contudo, importa realçar que a “intervenção com as famílias de C/J em acolhimento residencial deve ocorrer unicamente quando não se verificam quaisquer imposições legais para o efeito” (Oliveira e Pimentel, 2021, p. 301). Assim, existem diversas formas de levar a cabo uma intervenção eficaz e que proporcione o desenvolvimento de competências

parentais, como se pode verificar nos domínios do modelo ecológico que será abordado mais adiante.

### **3. Parentalidade Positiva: sua Importância para o Bem-Estar da Criança**

Tendo em consideração Bettencourt (2017), o conceito de parentalidade positiva começou a ser investigado recentemente, já que também a reflexão sobre a intervenção na parentalidade é muito recente. É possível indicar que as competências parentais e a sensibilização para uma parentalidade positiva são fundamentais para o desenvolvimento e promoção do bem-estar das crianças. Para além disso, afirma-se que “no núcleo familiar a criança desenvolve as competências cognitivas, sociais e afetivas necessárias a um crescimento harmonioso, daí o interesse primordial em analisar os processos através dos quais os pais influenciam esse mesmo crescimento” (Bettencourt, 2017, p. 2).

Como já referido anteriormente, a família é tida como a primeira instituição que auxilia, que presta cuidados, pelo que os seus membros são percebidos como modelos de conduta, de disciplina e os primeiros agentes socializadores, desempenhando um papel determinante na educação dos seus filhos (Coutinho, 2003). Assim, por terem esta responsabilidade tão fundamental, é necessário que se trabalhe cada vez mais num sentido de parentalidade positiva e de desenvolvimento de competências parentais, de forma a garantir a promoção dos direitos das crianças.

De acordo com Pereira e Agostinho (2015), a família é tida como “o principal contexto no qual as crianças desenvolvem competências que vão adquirindo com o apoio dos adultos de referência, a interação pais-filhos e os cuidados parentais constituem-se como o recurso emocional e cognitivo mais importante para o desenvolvimento emocional, intelectual e comportamental” (p. 290).

No que se refere ao próprio conceito de parentalidade, Cruz (2005) afirma que esta inclui um agregado de todo o tipo de condutas adotadas pelos pais ou qualquer que seja o(a) cuidador(a) no relacionamento com as suas crianças, promovendo ou limitando o seu desenvolvimento recorrendo a meios disponíveis em ambiente familiar e comunitário.

Neste sentido, importa considerar que, como se verá mais adiante, São Tomé e Príncipe ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 1991 (Elba e Diogo, 2015), e que esta defende que “os estados partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos” (p. 2) nela identificados. Torna-se, portanto, imprescindível que os pais/cuidadores os considerem como questões de carácter tão fundamental e, por isso, desenvolvam competências parentais.

De acordo com Medina et al. (2018),

os pais de uma criança possuem um papel fundamental no desenvolvimento psicológico da criança, além de serem responsáveis pelo sustento, manutenção e a educação delas. Eles são os representantes legais das crianças porque as representam em todos os actos da vida corrente e tomam as decisões mais importantes para a vida de uma criança. Tanto o pai como a mãe têm obrigações de em comum zelarem pela educação e o desenvolvimento da criança. A principal preocupação dos pais deve ser sempre o superior/maior interesse da criança (p. 22).

Assim sendo, torna-se imprescindível que os pais/cuidadores adotem comportamentos positivos na frente das suas crianças. Estes, ao serem apreendidos como exemplos a seguir, irão ser replicados. Paralelamente, deverão adotar uma comunicação assertiva para que não confundam o bem-estar psicológico das crianças e para que estas aprendam a distinguir o que é correto do que é incorreto.

#### **4. Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe**

Quanto à garantia da promoção dos direitos das crianças, importa referir que a intervenção em situação de maus-tratos, em São Tomé e Príncipe, tem como objetivos proteger a criança ou jovem, intervir no risco de modo a prevenir que se torne em perigo, conceitos que serão abordados mais adiante, e evitar o ressurgimento (Medina et al., 2018).

De acordo com os mesmos autores, e considerando que são identificados contextos de risco/perigo torna-se imperativo proceder à sua avaliação. Desta forma, afirma-se que “caracterizadas as situações cabe, em primeiro lugar, aos profissionais que com eles lidam diretamente organizar a intervenção de modo a minorar, quando possível, o contexto de risco, a estabelecer medidas que permitam mover o perigo, caso seja efetivo” (Medina et al., 2018, p. 18).

Para além disso, é importante perceber que, em São Tomé e Príncipe, quando se determina que a situação de perigo se trata de um crime, os profissionais intervenientes devem informar o Ministério Público e outras entidades cujo papel desempenhado é fundamental, tais como organismos policiais. No âmbito da defesa dos direitos da criança, identificam-se instituições como o Tribunal de Família e Menores e o Ministério Público. Por outro lado, e no que se refere à promoção de direitos, identificam-se todos os organismos institucionais com responsabilidades na aplicação prática destes mesmos direitos, como é o caso das instituições de acolhimento residencial de crianças e jovens (Medina et al., 2018).

Para além destes, também o governo desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos da criança, em São Tomé e Príncipe, “ao nível das políticas públicas sociais que devem ser acionadas sempre que for necessário” (Medina et al., 2018, p. 19).

Por outro lado, indica-se ainda que a proteção da criança tem sido assegurada pelo Estado a partir da intervenção de diferentes “órgãos e instituições da sociedade, tanto públicas como privadas” (Medina et al., 2018, p. 22). Ainda em acréscimo, estes autores afirmam que “o Estado é o maior responsável tanto na elaboração das leis que envolvem a promoção e protecção das crianças, bem como no desenvolvimento das crianças, pautando pela observação das normas legais e das instituições que lidam com as crianças” (p. 22).

No que se refere aos direitos das crianças, na realidade de São Tomé e Príncipe, os autores acima mencionados fazem referência aos que estão identificados na tabela 1.

Tabela 1 – Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe

Direitos	Exemplos
Proteção	Proteção contra a violência, abusos, violação, exploração,...
Participação	Garantia de voz ativa e participação em organizações.
Provisão	Acesso à educação, cuidados de saúde e padrão de vida adequado.
Proteção e Provisões Específicas	Quando se inserem em populações mais vulneráveis e devem ter acesso aos mesmos direitos e proteção.

Fonte: Medina et al. (2018).

Tendo em consideração esta obra, os direitos das crianças que se destacam são a proteção contra qualquer tipo de situação que coloque a criança em perigo, a participação, a provisão no sentido de garantir resposta às necessidades da criança e a especificidade da proteção e provisão.

Neste contexto, importa fazer referência aos instrumentos legais que procuram assegurar a proteção dos direitos das crianças. Ao nível internacional, e de acordo com Medina et al. (2018), mencionam-se a CDC, já referida, que foi aprovada em 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificada por São Tomé e Príncipe em 1991 e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar das Crianças (CADBEC), aprovada pela Assembleia dos Chefes de Estados e de Governo da Organização da Unidade Africana em 1979 e adotada em 1990. São Tomé e Príncipe assinou este documento em 2010, mas ainda não o ratificou.

Para além dos enunciados, Elba e Diogo (2015) fazem referência a outros instrumentos internacionais direcionados para a proteção da criança, tais como o protocolo facultativo à convenção sobre os direitos da criança relativo à participação de crianças em conflitos armados, o qual foi aceite pela Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2000. No mesmo ano também foi aprovado o protocolo facultativo à convenção sobre os direitos da criança relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. Estes dois diplomas ainda não foram assinados, nem ratificados por São Tomé e Príncipe.

Por outro lado, a nível nacional, São Tomé e Príncipe tem alguns normativos que procuram promover a proteção da criança, tais como a Constituição da República, o Código de Família e o Código de Organização Tutelar de Menores, de carácter importante para as instituições de acolhimento residencial.

## **5. Modelo Ecológico: um Importante Instrumento de Avaliação do Risco/Perigo**

Tendo em consideração Gouveia (1999), um modelo é como que um paradigma que funciona, exemplarmente, em contextos similares. Isto quer dizer que, em duas áreas de intervenção semelhantes, um modelo referente a esses contextos de intervenção pode ser aplicado a ambas as realidades. A utilidade dos modelos varia consoante o “uso prático (valor de uso)”, a “possibilidade de previsão (valor preditivo)” e a “similaridade com o fenómeno proposto (valor de face)” (Gouveia, 1999, p. 14). Isto significa que um modelo pode ser aplicado, se a sua prática for ao encontro dos objetivos iniciais.

Tendo em consideração Murillo (2006), existe alguma diversidade ao nível dos modelos utilizados na intervenção social comunitária. No entanto, esta autora apenas aborda três modelos de intervenção, de entre os muitos que existem, os quais emergem



através de diferentes perspectivas, sendo eles o modelo de competência, o modelo de bem-estar e o modelo ecológico. Estes não são os únicos modelos utilizados na intervenção social, mas no âmbito desta investigação, o que será abordado é o modelo ecológico.

De acordo com Oliveira e Pimentel (2021), o modelo ecológico deve-se guiar por uma intervenção que assegure uma “harmonização de modelos e técnicas, que fomentem uma adequada intervenção e permitam que a academia e os profissionais do terreno se envolvam de forma a encontrar estratégias que visem a promoção e proteção das C/J” (p. 308). Por outro lado, ao confrontar-se com uma situação de risco ou de perigo, o responsável pelo caso deve procurar promover um diálogo entre três partes: a criança, a família e outros organismos que intervenham na infância.

A este nível, refere-se a diferença entre dois conceitos: o risco e o perigo, os quais são abordados por diversos autores. De acordo com Medina et al. (2018), o risco remete para algo mais amplo, constituindo-se pela vulnerabilidade da criança no que toca à possibilidade de vir a sofrer de maus-tratos, pelo que “a evolução negativa dos contextos de risco condiciona na maior parte dos casos, o surgimento das situações de risco” (p. 6). Pelo contrário, o perigo tem uma significação mais prática, no sentido em que “corresponde à objetivação do risco” (p. 6). De modo complementar, Menezes (2019) afirma que a intervenção profissional acontece quando são identificadas situações de perigo, já que o termo de “risco” é mais abrangente. Isto quer dizer que, concordando com a legislação portuguesa, “há situações de risco experienciadas pelas crianças que, não obstante a sua existência, não conduzem ou as colocam necessariamente em perigo” (Menezes, 2019, p. 76). O mesmo autor afirma que nem sempre os riscos justificam intervenção profissional. Neste contexto, Medina et al. (2018) projetaram um conjunto de situações que podem ser identificadas como perigosas para a criança, na realidade de São Tomé e Príncipe (tabela 2).

Tabela 2 – Situações de Perigo para a Criança ou Jovem

<b>Situações de Perigo para a Criança ou Jovem</b>	Abandono ou vivência independente e entregue a si próprio
	Maus-tratos físicos ou psíquicos e abusos sexuais
	Inexistência de cuidados ou afeições
	Atividades ou trabalho exploratório e excessivo
	Comportamentos e condutas de consumo que afetam gravemente a saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento

Fonte: Medina et al. (2018).

A este nível, afirma-se que a identificação de uma situação de perigo implica que haja uma caracterização do contexto, tendo em conta alguns indicadores que podem estar relacionados com algumas situações de maus-tratos às crianças (AAVV, 2011). Logo, a atuação profissional deve ser veiculada no sentido de detetar “sinais de alerta de situações de perigo de maus-tratos às crianças, actuando de forma coordenada e interdisciplinar na avaliação do problema” (AAVV, 2011, p. 31).

Como referido anteriormente, surge como instrumento de avaliação, o modelo ecológico associado à intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância, o qual é veiculado pelo bem-estar das crianças e constrói-se com base em três domínios: as necessidades de desenvolvimento da criança, as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos (Canhão, 2007) (tabela 3). Importa realçar que o “modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo (...) bem como a matriz sobre as Necessidades de Desenvolvimento da Criança/Competências Parentais/Fatores Familiares e Ecológicos (...) deverão ser perspectivados como instrumentos auxiliares na avaliação e diagnóstico dos diferentes contextos em que a criança em perigo se insere” (AAVV, 2011, p. 32).

Tabela 3 – MEAIRP – Domínios e Dimensões

<b>Domínios</b>		
<i>Necessidades de Desenvolvimento da Criança</i>	<i>Competências Parentais</i>	<i>Fatores Familiares e Ecológicos</i>
<b>Dimensões</b>		
Saúde	Cuidados básicos	História e funcionamento familiar
Educação	Segurança	Família alargada
Desenvolvimento emocional e comportamental	Afetividade	Condições habitacionais
Identidade	Estimulação	Situação profissional
Relacionamento familiar e social	Estabelecimento de regras e limites	Rendimento familiar
Apresentação social	Estabilidade	Integração social da família
Capacidade de autonomia		Recursos comunitários

Fonte: Adaptado de *Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office* (2000).

Em primeiro lugar, no que toca às *necessidades de desenvolvimento da criança*, mencionam-se questões relativas ao desenvolvimento da sua saúde, à educação, ao desenvolvimento emocional e comportamental, à sua identidade, ao relacionamento familiar e social, à apresentação social e à capacidade de autonomia (Canhão, 2007).

Relativamente à saúde, importa considerar na criança o bem-estar físico e mental, analisando o seu crescimento, desenvolvimento, entre outros (Oliveira e Pimentel, 2021).

Ainda de acordo com estas autoras, no âmbito da educação, é importante avaliar o seu desenvolvimento cognitivo desde o nascimento, identificando, por exemplo, brincadeiras e relacionamento com outras crianças.

Quanto ao desenvolvimento emocional e comportamental, torna-se imperativo constatar a qualidade das interações afetivas, compreendendo, entre outros fatores, os sentimentos e condutas adotados pela criança em relação aos familiares e outras pessoas com quem se relacione (Oliveira e Pimentel, 2021).

No que toca ao fator identitário, é fundamental interpretar a “autoimagem da C/J como um ser individualizado e valorizado pelos outros, autoestima positiva (etnia, religião, idade, sexo, sexualidade, deficiência)” (Oliveira e Pimentel, 2021, p. 308).

Com relação ao relacionamento familiar e social, importa avaliar, principalmente, o desenvolvimento empático com familiares e outras pessoas (Oliveira e Pimentel, 2021).

Para além disso, e quanto à apresentação social, é fundamental analisar se o vestuário se adequa à “idade, género, cultura e religião e higiene pessoal e o reconhecimento destes aspetos por parte da C/J” (Oliveira e Pimentel, 2021, p. 309).

Por último, é importante perceber se a criança adquire, ao longo do tempo, competências comunicativas no sentido de promoção da sua independência, no que se refere à sua capacidade de autonomia (Oliveira e Pimentel, 2021).

Quanto às *competências parentais*, indicam-se alguns tópicos pertinentes para a garantia: dos cuidados básicos, da segurança, da afetividade, da estimulação, do estabelecimento de regras e limites e da estabilidade (Canhão, 2007).

No âmbito dos cuidados básicos, aqueles que desempenham o papel de mãe/pai são responsáveis por satisfazer as necessidades físicas da criança, nomeadamente, as que estão relacionadas com a alimentação e o vestuário (Canhão, 2007).

Por outro lado, a segurança relaciona-se, de um modo geral, com a proteção, seja contra pessoas que coloquem em causa o bem-estar das crianças, ou mesmo contra perigos que possam existir dentro de casa e noutro lugar, em suma, qualquer circunstância que tenha implicações no bem-estar das crianças (Canhão, 2007).

A afetividade remete para a resposta dada às necessidades da criança, emocionais e afetivas, através da promoção de relações seguras, em que haja estabilidade, e de um contacto físico adequado (Canhão, 2007).

No que se refere à estimulação, esta relaciona-se com o desenvolvimento intelectual e cognitivo “através da promoção de oportunidades sociais e educacionais através de: interacção e comunicação com a criança, realização de jogos e brincadeiras, promoção das oportunidades educacionais” (Canhão, 2007, p. 11).

Por outro lado, o mesmo autor considera que, é de esperar que toda a pessoa que detém a guarda de uma criança tenha, automaticamente, o dever de estabelecer regras e limites, já que a criança necessita de ser supervisionada e os seus responsáveis são tidos como exemplos a seguir.

A última competência mencionada diz respeito à estabilidade, pelo que se afirma que o contexto familiar deve ser “estável de modo a que a criança desenvolva uma vinculação afectiva segura e positiva com os seus principais cuidadores com vista a um desenvolvimento óptimo” (Canhão, 2007, p. 11). Torna-se cada vez mais importante que os pais ou cuidadores proporcionem oportunidades de construção de relações entre a criança e familiares e outras pessoas importantes na sua vida (Canhão, 2007).

No concernente aos *fatores familiares e ecológicos*, estes englobam variantes tais como história e funcionamento familiar, família alargada, condições habitacionais, situação profissional, rendimento familiar, integração social da família e recursos comunitários (Canhão, 2007). Neste contexto, e segundo este modelo, estes fatores incluem algumas particularidades.

A história e o funcionamento familiar relacionam-se com aspetos genéticos e psicossociais, com o funcionamento e composição do próprio agregado familiar, com a infância dos pais, com os momentos familiares mais importantes, com as competências e fragilidades dos pais e com a forma como se estabelece o relacionamento entre pais separados (Canhão, 2007).

Quanto à família alargada, este autor indica ser importante perceber quem são, que papel desempenham, qual a importância para o agregado familiar e para a criança e conhecer a infância da família alargada.

No que toca às condições habitacionais, é importante identificar se estas respondem às necessidades da criança e da família, qual o tipo de habitação, analisar o seu estado de conservação, as condições sanitárias e de higiene e perceber se a proteção contra qualquer tipo de perigos é ajustada (Canhão, 2007).

Para além disso, também é pretendido analisar a situação profissional dos membros do agregado familiar, percebendo qual o seu impacto na criança e na relação que estabelece com os pais (Canhão, 2007).

Quanto ao rendimento familiar, de acordo com este modelo, deve-se analisar se o mesmo responde às necessidades da família e da criança, pelo que importa ter em conta o “modo como os recursos económicos são utilizados pela família e respectivo impacto na criança” (Canhão, 2007, p. 11).

No que se refere à integração social da família, torna-se fundamental analisar as redes de vizinhança, o apoio comunitário, perceber se a família se isola ou não, e que impacto é que o possível isolamento tem na criança e na família (Canhão, 2007).

Por último, os recursos comunitários dizem respeito à “existência e acesso a serviços universais e/ou de base discricionária nas áreas da saúde, educação, habitação, emprego, lazer, etc” (Canhão, 2007, p. 11). Salienta-se que todas estas informações estão contidas de forma mais completa na tabela do apêndice 1.

Com a emergência do modelo ecológico de intervenção, foram desenvolvidos mecanismos “de apoio técnico que operacionalizam estes domínios e dimensões, nomeadamente protocolos de avaliação-intervenção que definem objectivos específicos para seis faixas-etárias e diversas escalas e questionários” (Canhão, 2007, p. 12). Afirma-se ainda que no momento de avaliação e diagnóstico importa que o profissional tenha em consideração, não só fatores de risco, como também fatores que promovam a firmeza e o bem-estar das crianças, de maneira a que o plano de intervenção a definir seja ajustado à situação de cada criança (Canhão, 2007).

É importante salientar que estes fatores

não devem ser considerados, per si, como causa directa do aparecimento de situações de maus tratos. No entanto, a sua presença pode potenciar, ou consubstanciar, uma situação de perigo para a criança, pelo que, num processo avaliativo, deverá atender-se ao contexto global de vida da criança e aos múltiplos factores que determinam o seu bem-estar (AAVV, 2011, p. 30).

De modo complementar, indica-se que os fatores protetores são aqueles que se identificam como “inibidores das situações de risco ou de perigo”, enquanto que, os fatores de risco relacionam-se com o aumento da “probabilidade de ocorrência de episódios de maus tratos” (AAVV, 2011, p. 32). Este guia prático apresenta alguns fatores de proteção e de risco, tendo em conta os diferentes domínios do modelo ecológico (tabela 5).

Tabela 5 – Fatores de Proteção e Fatores de Risco

	Fatores de Proteção	Fatores de Risco
<b>Criança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Boa autoestima;</li> <li>- Desejo de autonomia e comportamentos exploratórios;</li> <li>- Capacidade de pedir ajuda;</li> <li>- Forte vinculação com um dos progenitores;</li> <li>- Relação afetiva securizante com adulto significativo;</li> <li>- Competências adaptativas (resiliência);</li> <li>- Estado geral saudável;</li> <li>- Capacidade de empatia e de proatividade;</li> <li>- Boas capacidades cognitivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prematuros, com baixo peso e temperamento difícil;</li> <li>- Défice físico ou psíquico;</li> <li>- Doenças neurológicas congénitas ou adquiridas;</li> <li>- Problemas de saúde crónicos ou atrasos de desenvolvimento;</li> <li>- Problemas de comportamento (agressividade, oposição, mentira, absentismo escolar,...);</li> <li>- Não satisfação das expectativas dos pais (sexo, saúde, atrativo físico).</li> </ul>
<b>Família</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vinculação segura com a criança;</li> <li>- Relação afetiva securizante da parte dos pais com um adulto significativo;</li> <li>- Exercício efetivo das responsabilidades parentais;</li> <li>- Estilos parentais adequados às necessidades da criança;</li> <li>- Expectativas adequadas ao desenvolvimento e necessidades dos filhos;</li> <li>- Interações positivas pais/filhos;</li> <li>- Suporte conjugal;</li> <li>- Capacidade de resolução dos problemas familiares;</li> <li>- Disponibilidade emocional;</li> <li>- Comunicação e expressão de afetos presente entre pais e filhos;</li> <li>- Estabilidade económica;</li> <li>- Saúde e bem-estar;</li> <li>- História familiar sem violência ou maus-tratos;</li> <li>- Presença de suporte familiar e social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desestruturação familiar;</li> <li>- Elevado número de filhos;</li> <li>- Pais adolescentes;</li> <li>- Conflitos conjugais;</li> <li>- Violência doméstica;</li> <li>- Expectativas irrealistas relativamente ao comportamento e capacidade dos filhos;</li> <li>- Desconhecimento das necessidades infantis;</li> <li>- Autoridade parental ausente ou demasiado permissiva ou punitiva;</li> <li>- Ausência de comunicação pais/filhos;</li> <li>- Ausência de interação compensatória pais/filhos;</li> <li>- Vinculação insegura;</li> <li>- Problemas de comunicação;</li> <li>- Défice do exercício das responsabilidades parentais;</li> <li>- Elemento da família com vulnerabilidades particulares (toxicodependências, desemprego, doença mental, deficiência ou doença crónica, alcoolismo, exclusão social, precariedade laboral, etc.);</li> <li>- Antecedentes de vivência pessoal de maus-tratos;</li> <li>- Monoparentalidade.</li> </ul>
<b>Contexto social e cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Meio escolar integrador;</li> <li>- Apoio social disponível;</li> <li>- Grupos formais e informais de pares;</li> <li>- Recursos adequados na comunidade;</li> <li>- Comunidade com recursos de educação, saúde;</li> <li>- Ocupação de tempos livres, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aceitação de violência como forma de disputa interpessoal;</li> <li>- Exaltação mediática da violência;</li> <li>- Tolerância social para a educação através da punição física;</li> <li>- Escassez na efetividade dos mecanismos de punição da violência intrafamiliar;</li> <li>- Definição dos maus-tratos como práticas tidas como aceitáveis pela cultura de pertença de crianças e adultos.</li> </ul>

Fonte: AAVV (2011).

Por outro lado, importa ainda mencionar que a aplicação deste modelo na prática profissional possibilita a apreensão da

complexidade de factores que se entrecruzam no desenvolvimento da criança, evitando avaliações e intervenções simplistas; proporciona um quadro teórico que permite articular as variáveis pessoais e contextuais; permite analisar o impacto das políticas governamentais no dia-a-dia das crianças e das suas famílias; resiste à “tentação” de individualizar os problemas e as soluções e proporciona uma avaliação holística das situações de risco e de perigo (Canhão, 2007, p. 12).

Considerando a possibilidade de avaliação de determinado contexto, a partir da interpretação deste modelo, considerou-se importante analisar aquela que é a realidade de uma instituição de acolhimento, em São Tomé e Príncipe, com a análise do modelo ecológico.

## Capítulo II – Metodologia da Pesquisa

### 1. Definição dos Procedimentos Metodológicos

#### 1.1. Objeto de Estudo

Como referido anteriormente, o objeto de estudo desta dissertação é constituído pelas famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequenininhos, em São Tomé e Príncipe. Esta pesquisa foi orientada no sentido de analisar este contexto, procurando perceber quais as limitações que existem ao nível do desempenho de competências parentais. Tendo em consideração este conceito, pretendeu-se analisar como as famílias satisfazem as necessidades das suas crianças e, simultaneamente, sensibilizá-las para a importância do desempenho de uma parentalidade positiva no desenvolvimento das mesmas.

#### 1.2. Objetivos de Estudo

De acordo com Fortin (2000), um processo de investigação é constituído por três fases: a fase concetual, a fase metodológica e a fase empírica. A fase concetual inclui procedimentos como a seleção do problema de investigação, a revisão da literatura a utilizar na fundamentação teórica, a constituição de um quadro de referência, a definição do objetivo geral e dos objetivos específicos, da questão de investigação/hipóteses. Relativamente à fase metodológica, esta consiste em elaborar um desenho de investigação, definindo a população e a amostra, as variáveis e selecionando os métodos de recolha e análise de dados. No que diz respeito à fase empírica, inclui os seguintes momentos: recolha e análise de dados, interpretação e comunicação de resultados (Fortin, 2000).

Importa mencionar que, de acordo com a mesma autora, em contexto de investigação, podem-se formular questões ou hipóteses, dependendo do tipo de estudo. Neste sentido, afirma-se que quando um estudo é exploratório ou descritivo, são elaboradas questões de investigação, enquanto que se o estudo é correlacional e experimental, formulam-se hipóteses (Fortin, 2000). Assim, menciona-se que “as



questões de investigação são enunciados interrogativos precisos, escritos no presente e que incluem a ou as variáveis em estudo” (Fortin, 2000, p. 40).

Por esta definição se considera que as perguntas de partida são fundamentais nas investigações, já que são consideradas o seu “fio condutor” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 31). Segundo estes autores, na elaboração das perguntas de partida devem-se considerar algumas características essenciais, que devem estar presentes, como a clareza e a simplicidade, mas, simultaneamente, devem conter uma reflexão teórica consistente, tornando-se questões precisas e concisas. Por outro lado, também as questões de investigação devem ser exequíveis, sendo que “as qualidades de exequibilidade estão essencialmente ligadas ao carácter realista ou irrealista do trabalho que a pergunta deixa entrever” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 37). Para além destas características, a pergunta de partida deve ser pertinente, demonstrando veracidade e compreensão quanto aos aspetos investigados.

Deste modo, a presente investigação foi estruturada e orientada com o intuito de responder à seguinte questão de partida: “como é que as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos, ao condicionarem a satisfação das necessidades das crianças, contribuíram para a sua institucionalização?”.

Tendo presente as conexões existentes entre a questão orientadora de pesquisa e os seus objetivos, definiu-se como objetivo geral do presente trabalho o seguinte: analisar as famílias com o intuito de compreender como os diferentes domínios do modelo ecológico de avaliação do risco e os fatores de risco/proteção por eles evidenciados, contribuíram para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninos.

Quanto aos objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- Caracterizar o perfil sociodemográfico das famílias das crianças institucionalizadas;
- Perceber quais as dificuldades/condicionalismos presentes no contexto familiar ao nível da capacidade de resposta às necessidades desenvolvimentais das crianças;
- Descrever e analisar as competências parentais por forma a perceber a presença de fatores de risco e fatores de proteção nas famílias;
- Aferir os impactos dos fatores familiares e ecológicos no bem-estar das crianças.

### 1.3. Campo Empírico da Pesquisa

A Casa dos Pequeninos é uma instituição de acolhimento residencial que está localizada em Obô Longo, distrito de Mé Zochi, São Tomé e Príncipe. No âmbito desta investigação, e de maneira a compreender algumas particularidades a nível prático, optou-se por estudar as famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos. Uma vez que, as crianças nela institucionalizadas serão reintegradas nas famílias de origem aos 11/12 anos de idade, torna-se fundamental melhorar e intensificar o trabalho desenvolvido pela instituição com estas famílias, promovendo competências parentais.

A instituição em estudo é uma resposta social da Cáritas Diocesana de São Tomé e Príncipe, um organismo de solidariedade social. Segundo informação disponibilizada pelo *site* da Cáritas (2017), esta foi fundada em 1981, tendo, desde então, cooperado com 14 paróquias, das quais 13 se encontram na ilha de São Tomé e 1 na ilha do Príncipe.

Quanto aos projetos desenvolvidos pela Cáritas, sabe-se que os projetos iniciais incluíam uma iniciativa de apoio alimentar, um programa agrícola que promovesse ações deste cariz entre a população mais jovem, entre outros (Cáritas, 2017). Para além destas práticas, a Cáritas tem procurado levar a cabo um projeto denominado “Uma ponte de esperança” (Cáritas, 2017), com o apoio da Cáritas de Portugal, o qual pretende a adoção à distância de crianças em situação de risco.

Desde a sua constituição que procura acolher crianças em situação de risco e perigo, garantindo a satisfação das suas necessidades básicas. Para além disso, indica-se que no início, esta instituição, tinha um espaço físico que acolhia estas crianças, mas este não tinha quaisquer condições, pelo que se concretizou uma parceria com a Cooperação Portuguesa que apoiou a construção de um espaço promotor do bem-estar das crianças em acolhimento, a Casa dos Pequeninos, no ano de 2018<sup>5</sup>.

Por outro lado, tendo em consideração o afirmado pelo clérigo referido, em São Tomé e Príncipe, a Casa dos Pequeninos é uma instituição capaz de acolher crianças em situação de risco e perigo, desde o seu nascimento até ao momento em que atingem a idade de 16/17 anos, quando são crianças do sexo feminino e até aos 6/7 anos, quando são crianças do sexo masculino. Esta diferença deve-se, não só à impossibilidade de

---

<sup>5</sup> Informação recolhida por intermédio de uma entrevista realizada a um clérigo em São Tomé e Príncipe, no ano de 2021.

agregar no mesmo espaço adolescentes de sexos diferentes, mas também ao facto de em São Tomé e Príncipe existirem outras instituições que acolhem rapazes. Além disso, considerando a informação fornecida por uma das responsáveis institucionais da Casa dos Pequeninos, as crianças acolhidas provêm de casos de abandono, de famílias desestruturadas em que o pai ou mãe têm problemas de alcoolismo, dependência de substâncias psicotóxicas e problemas de saúde mental.

Tendo em consideração o artigo 2.º do Regulamento Interno da Casa dos Pequeninos (s.d.), este é um organismo que se enquadra nas “Directrizes e Parâmetros para os Cuidados Alternativos de Crianças” (s.p). Estes parâmetros e diretrizes são assegurados pela Direção de Proteção Social e Solidariedade do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais, o qual reconhece a existência da Casa dos Pequeninos.

De acordo com o artigo 3.º do Regulamento, são objetivos da instituição:

- a) Garantir o acolhimento imediato da criança em situação de risco;
- b) Assegurar o alojamento temporário;
- c) Satisfazer adequadamente as suas necessidades em clima de amor e confiança, tão próximo quanto possível do modelo familiar;
- d) Garantir a sua formação e desenvolvimento adequado à sua idade e características em cooperação com a comunidade, a escola e, sempre que possível, com a família;
- e) Proceder à avaliação da criança e a sua família de forma a garantir reintegração nas suas famílias de origem;
- f) Proteger e promover os direitos da criança nos termos da Convenção dos Direitos da Criança e das Leis vigentes no país República Democrática de S. Tomé e Príncipe, com especial enfoque na definição do seu superior interesse (s.p).

É com base nestes objetivos que a Casa dos Pequeninos procura dar resposta às necessidades das crianças em situação de risco ou perigo que acolhe e para isso conta com a colaboração de uma equipa de trabalho. Importa mencionar que, no que se refere a recursos humanos, a Casa dos Pequeninos tem aproximadamente 32 colaboradores, que se encontram discriminados na tabela 6.

Desta equipa multidisciplinar, quem intervém diretamente com as crianças da Casa dos Pequeninos são as cuidadoras, as auxiliares de educação e a psicóloga, apesar de todos contribuírem para o seu bem-estar.

Tabela 6 – Recursos Humanos da Casa dos Pequenininos

<b>Funções</b>	<b>Recursos Humanos</b>
<b>Direção</b>	1 Diretora
<b>Gestão Financeira</b>	1 Financeiro
<b>Psicologia</b>	1 Psicóloga
<b>Secretaria</b>	1 Secretária
<b>Educação</b>	2 Auxiliares de Educação
<b>Cuidadoras</b>	4 Cuidadoras
	6 Amas de Noite
<b>Cozinha</b>	2 Cozinheiras
<b>Lavandaria/Rouparia</b>	4 Lavadeiras
	1 Roupeira
<b>Limpeza</b>	3 Funcionárias de Limpeza
<b>Segurança</b>	5 Seguranças
<b>Jardinagem</b>	1 Jardineiro

Fonte: Elaboração própria.

#### **1.4. Métodos de Pesquisa**

No âmbito de uma investigação, é fundamental que se definam quais os métodos de pesquisa a utilizar, pelo que se considera que neste estudo, a metodologia mais adequada é de carácter qualitativo. Esta foi uma pesquisa qualitativa, já que se considerou ser de carácter subjetivo, tendo implicado a necessidade de adaptação a qualquer obstáculo que pudesse ter surgido. Segundo Coutinho (2015) “na investigação de tipo interpretativo o trabalho de recolha e análise de dados é uma atividade sempre diversificada, que coloca frequentemente problemas inesperados, o que requer criatividade e flexibilidade” (p. 327). Desta forma, acredita-se que o investigador desempenha um papel fundamental, não só pela questão da criatividade e flexibilidade, mas também porque é “essencial no processo de interpretação e reflexão sobre os dados produzidos em uma investigação de abordagem qualitativa” (Fornari, 2021, p. 9).

Considera-se também que este foi um estudo de caso, uma vez que, o objetivo desta investigação remeteu para uma situação concreta, num contexto específico, o estudo da relação dos domínios do modelo ecológico com a institucionalização das crianças da Casa dos Pequenininos. Segundo Rosa (2013), um estudo de caso “é um tipo de pesquisa que não busca a generalização pelo estudo de muitos casos, mas busca especificidade da situação concreta” (p. 71). Para além disso, a mesma autora defende que este tipo de pesquisa “é especialmente indicado para analisarmos situações complexas para as quais não temos indicativos de quais as causas da situação observada” (p.71). No âmbito desta

dissertação, pretendeu-se investigar como é que as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos do modelo de intervenção mencionado se impactam nas relações familiares das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, em São Tomé e Príncipe.

Tendo em consideração que esta foi uma pesquisa de carácter qualitativo, que se constituiu como um estudo de caso, importa definir quais os procedimentos metodológicos que foram adotados, o seu universo e a sua amostra.

### **1.5. Universo e Amostra**

Definido o campo empírico e os métodos de pesquisa utilizados, definem-se também os participantes desta investigação num universo constituído por 26 famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos.

Contudo, e na impossibilidade de estudar e descrever todas as famílias das crianças institucionalizadas, constituiu-se uma amostra desta população. Ao construir esta amostra, pretendeu-se que “observando uma porção relativamente reduzida de unidades, se obtenham conclusões semelhantes às que chegaríamos se estudássemos o total da população” (Vilelas, 2009, p. 245). O mesmo autor afirma que quando isto acontece, a amostra é definida como representativa, pelo que “as suas conclusões são susceptíveis de ser generalizadas ao conjunto da população, ainda que neste caso exista uma certa margem de erro nas nossas projecções” (p. 245).

Por estes factos, e dada a limitação a nível temporal e também os custos associados, a amostra desta investigação afirma-se não-probabilística, que além das vantagens mencionadas, a opção por este tipo de amostra indica pragmatismo e intuitividade, tal como defende Vilelas (2009). Pelo contrário, o mesmo autor apresenta desvantagens na seleção desta amostra, tais como o seu carácter subjetivo, já que esta, geralmente, pode ser determinada com base numa opinião pessoal.

De entre as amostras não probabilísticas existentes, a selecionada nesta investigação é a amostra não probabilística por conveniência, já que não se define “nenhum plano preconcebido”, sendo resultado das “circunstâncias fortuitas” (Vilelas, 2009, p. 247).

Considerando a totalidade das famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, importa reconhecer que algumas não se sentiram confortáveis, com capacidade para participar no presente estudo. Para além disso, nem todos os processos

individuais das crianças, disponibilizados pela instituição, tinham contactos de familiares, além da distância física relativamente à Casa dos Pequenininhos ter sido um fator limitativo.

Indica-se que foram entrevistados 7 familiares de 11 crianças institucionalizadas. De modo a completar estas entrevistas, procurou-se recolher dados por intermédio de conversas informais com 3 colaboradoras da Casa dos Pequenininhos, que são quem cuida (cuidadoras) e quem desempenha as funções parentais relativamente às crianças desta instituição.

## **1.6. Técnicas de Recolha de Dados**

Indicam-se como instrumentos de recolha de dados, a realização de algumas notas de campo através da observação, a pesquisa documental e bibliográfica e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Tendo em conta a investigação de Rosa (2013),

os Estudos de caso recorrem também às entrevistas para a coleta de dados. Estas podem ocorrer antes ou após as observações, por exemplo, e constituem um meio de complementar dados ou reduzir distorções provenientes da interpretação do pesquisador em uma dada observação (p. 17).

Para além disso, considerando Marques et al. (2016), as entrevistas semiestruturadas consistem num

guião aberto e flexível, que contempla um conjunto de perguntas e questões básicas a explorar, em jeito de recordatória, mas deixa que a formulação ou a ordem das perguntas flua no decurso da entrevista, permitindo a livre expressão do entrevistado e a preservação do seu quadro de referência (p. 145).

Ainda em acréscimo, os mesmos autores mencionam que a entrevista é uma técnica de recolha de dados que se torna benéfica quando utilizada em simultâneo com outras técnicas de recolha de dados, como a observação. No entanto, é importante considerar que existem algumas desvantagens na utilização da entrevista como instrumento de recolha de informação, tais como as que se encontram relacionadas com a condução da própria entrevista, já que o modo como é conduzida é muito subjetivo porque depende das respostas do entrevistado (Marques et al., 2016).

Por estes factos, na presente investigação, as entrevistas semiestruturadas obedeceram a um guião aberto e flexível (apêndice 2), que incluiu um conjunto de questões básicas, no entanto a formulação ou mesmo a ordem das perguntas dependeu

do decurso de cada entrevista, como referido. Por outro lado, a realização das questões da entrevista tomou por base o modelo ecológico abordado no enquadramento teórico da presente investigação e o trabalho de Pereira (2013), cujo guião de entrevista apresenta questões, algumas das quais se adaptaram para a presente pesquisa.

A entrevista estruturou-se em quatro partes, uma primeira em que foram feitas perguntas que permitiram enquadrar o perfil sociodemográfico das famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, em São Tomé e Príncipe. Na segunda parte da entrevista, foram elaboradas questões relacionadas com o modo como as famílias das crianças da Casa dos Pequeninos procuram satisfazer as suas necessidades, através da identificação das suas competências parentais. Procurou-se, assim, compreender como é que estas, ao condicionarem a satisfação das necessidades, contribuíram para a institucionalização destas crianças. Na terceira parte da entrevista, procurou-se fazer questões relacionadas com as competências parentais dos(as) cuidadores(as), de modo a que estes refletissem sobre o conceito de parentalidade positiva, sensibilizando-os para a execução de ações que promovam este modo de cuidar. Por último, a quarta parte da entrevista incluiu perguntas relacionadas com os fatores familiares e ecológicos a identificar nas famílias das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos.

No âmbito da realização das entrevistas, foi apresentado um documento de consentimento informado (apêndice 3) para que as famílias pudessem compreender que toda a informação recolhida durante as entrevistas seria utilizada apenas para análise da presente investigação académica.

## **1.7. Análise de Dados**

Tendo em consideração Marques et al. (2016), tanto na pesquisa quantitativa, como na pesquisa qualitativa, a análise de dados começa, numa primeira fase, por perspetivar a redução da informação. Contudo, os mesmos autores afirmam que a análise qualitativa “consiste na seleção do material compilado, na sua integração num modelo de análise, na construção de uma metáfora ou, ainda, numa eventual quantificação” (p. 150).

Numa fase posterior, Marques et al. (2016) afirmam que é fundamental organizar a informação de maneira a que esta possa ser apresentada e que seja de fácil compreensão, sendo que esta é designada a fase de tratamento de dados. Este tratamento de informação consiste na “estruturação de um conjunto de informações a partir da qual se podem extrair conclusões e tomar decisões” (Marques et al., 2016, p. 150), realçando

que o trabalho de análise é facilitado pela concretização de quadros e tabelas com os dados recolhidos.

Importa salientar que “na investigação qualitativa, a interpretação e validação dos dados consiste na atribuição de significado à informação recolhida, através do estabelecimento de relações e de configurações expressas em proposições ou modelos” (Marques et al., 2016, p. 150). Isto significa que, neste caso, o que se retira da realização das entrevistas será analisado, tendo em consideração as definições apresentadas no enquadramento teórico da presente investigação, estabelecendo-se relações.

Segundo Fortin (2000), a fase empírica do processo investigativo é constituída pela recolha e análise de dados e interpretação e comunicação dos resultados. Isto quer dizer que esta fase de investigação inclui a recolha de informação e respetiva organização e tratamento. Depois, procede-se à interpretação e comunicação de resultados, sendo que a elaboração dos resultados de investigação possibilita a indicação de recomendações.

É importante salientar que no tipo de investigação qualitativa, a análise de dados é de carácter indutivo, sendo que o investigador aborda alguns conceitos e procura compreender os fenómenos estudados mediante o que conseguiu recolher (Vilelas, 2009). Ainda em acréscimo, em investigação qualitativa surge a análise de conteúdo, a qual

oscila entre os dois pólos que envolvem a investigação científica: o rigor da objectividade e a fecundidade da subjectividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador, baseado na dedução e na inferência a uma segunda leitura de comunicação (Vilelas, 2009, p. 334).

A análise de conteúdo divide-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (Bardin, 1977). Em primeiro lugar, a pré-análise visa “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 1977, p. 95). No que diz respeito à exploração do material, afirma-se que esta é uma etapa mais longa, cujo caminho percorrido é facilitado pela completa concretização da etapa da pré-análise. Além disso, a exploração do material “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração” (Bardin, 1977, p. 101). No que concerne à última etapa da análise de conteúdo (tratamento dos resultados obtidos e interpretação), é nesta que são elaborados “quadros de resultados, diagramas, figuras e



modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (Bardin, 1977, p. 101).

Considera-se que, no âmbito da análise dos dados desta investigação e depois de recolhidos em momento de entrevista, se realiza a desconstrução dos mesmos, utilizando esquemas e tabelas que facilitem a sua interpretação. Para além disso, salienta-se que esta interpretação será realizada tendo em conta o apresentado no enquadramento teórico acerca do modelo ecológico.

## Capítulo III – Análise e Discussão de Resultados

### 1. Caracterização das Crianças da Casa dos Pequenin

Em abril de 2023, altura em que foram realizadas entrevistas e que se fez uma visita à Casa dos Pequenin, este organismo acolhia um total de 31 crianças, com idades compreendidas entre 1 e 12 anos de idade. Destas crianças, indica-se que umas frequentam o jardim de infância e outras frequentam a escola primária. Salienta-se que 5 crianças não frequentam a escola, dado que, 3 ainda não têm idade escolar e 2 têm problemas de saúde física e mental, pelo que necessitam de outro tipo de acompanhamento.

Tabela 7 – Caracterização das Crianças da Casa dos Pequenin

		<i>ni</i> <sup>6</sup>
<b>Género</b>	Feminino	9
	Masculino	22
<b>Idade</b>	0-4	6
	5-9	20
	10-14	5
<b>Habilitações Literárias</b>	Jardim de infância	16
	1ª classe	4
	2ª classe	2
	3ª classe	4

Fonte: Elaboração própria.

Considerando esta caracterização, verifica-se que das 31 crianças institucionalizadas, 9 são meninas e 22 são rapazes. Para além disso, 6 têm idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos, 20 têm idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos e 5 têm idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos. No que diz respeito às habilitações literárias, das 16 crianças referidas no jardim de infância, 9 ainda se encontram a frequentar esta tipologia escolar e 7 frequentam a 1ª classe. Para além disso, 4 crianças completaram a 1ª classe, 2 crianças completaram a 2ª classe e 4 crianças completaram a 3ª classe.

<sup>6</sup> *ni* – número de indivíduos.

Tendo em conta os registos dos processos individuais das crianças, algumas delas são visitadas por familiares, o que pode contribuir para o seu bem-estar, ou contrariamente, para um aumento do estado de nervosismo. Como referido na introdução desta pesquisa, Silva et al. (2020) afirmam que a visita familiar em contexto de acolhimento residencial é importante, não só para as crianças, como também para as famílias, para que ambas as partes encontrem uma forma de ultrapassar o afastamento familiar. É deste modo que se afirma que há crianças visitadas pelas famílias na Casa dos Pequeninos, cujo bem-estar melhora circunstancialmente.

Contudo, nem todos os casos são semelhantes e há crianças cujos antecedentes requerem outra apreciação, pelo que, sendo visitadas, poderão ficar mais ansiosas e o seu bem-estar pode ficar, pelo contrário, comprometido, tal como se verificou na pesquisa de Yazawa et al. (2019), também mencionada na introdução da presente investigação.

Ainda considerando os processos individuais, no que diz respeito ao historial e razões que levaram à institucionalização das crianças, pode-se afirmar que estas são de diversa ordem. Desta forma, indica-se que existem crianças institucionalizadas devido a diagnóstico de limitações de saúde mental nos progenitores, incapacidade de garantir resposta às necessidades básicas das crianças, negligência parental relativa a maus-tratos físicos, abuso sexual de menores, ingestão de bebidas alcoólicas e conseqüente incapacidade de prestação de cuidados adequados, abandono, instabilidade financeira, entre outros.

De maneira a conferir na prática algumas destas questões, procurou-se aplicar o guião da entrevista elaborado com base no modelo ecológico e nos seus domínios, procurando perceber como é que os fatores de risco/perigo evidenciados por este modelo levaram à institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninos.

## **2. Caracterização do Perfil Sociodemográfico das Famílias**

### **2.1. Caracterização Demográfica das Famílias**

A primeira parte do guião de entrevista aplicado diz respeito à caracterização sociodemográfica dos participantes. Como referido foram entrevistadas 7 pessoas, que ao longo da investigação serão referidas de E1 a E7, e que são familiares de 11 crianças da Casa dos Pequeninos, pelo que é possível traçar o seu perfil:

Tabela 8 – Caracterização Sociodemográfica dos Participantes

		<i>ni</i>
<b>Género</b>	Feminino	4
	Masculino	3
<b>Idade</b>	20-29	1
	30-39	1
	40-49	1
	50-59	4
<b>Estado Civil</b>	Solteiro (a)	1
	Casado (a)	1
	União de Facto	5

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode verificar na tabela apresentada, 4 dos 7 participantes são mulheres e os outros 3 são homens, além da maioria (57% aproximadamente) apresentar idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos. Por outro lado, também a maioria dos participantes (71% aproximadamente) apresenta relações de união de facto.

Em primeiro lugar, é importante referir que destas 7 pessoas entrevistadas, uma tem relação de parentesco com a(s) criança(s) de irmão/irmã, três têm relação de parentesco com a(s) criança(s) de tio/tia e os outros três têm relação de parentesco com a(s) criança(s) de pai/mãe.

Importa salientar que a resposta do único participante que disse ser casado não é fiável, uma vez que se considera existir algum défice cognitivo, informação esta recolhida por intermédio de uma conversa informal com uma colaboradora institucional e também possível de se observar em entrevista.

Por outro lado, o participante que afirmou ser solteiro indicou ter um(a) companheiro(a), contudo, tem consciência que este tem a sua família. Isto significa que o participante tem alguém que, de vez em quando, o vai visitar, mas não vivem juntos.

Ainda a nível demográfico, os participantes foram questionados sobre o número de filhos que têm e respetivas idades. O primeiro participante indicou ter 3 filhos, com idades compreendidas entre os 8 anos e os 10 meses, o segundo participante revelou ter 7 filhos, com idades compreendidas entre os 24 anos e os 6 meses. No que se refere ao terceiro participante, este afirmou ter 3 filhos, com idades compreendidas entre os 23 e os 11 anos, enquanto o quarto participante indicou ter 6 filhos, com idades compreendidas entre os 32 e os 8 anos. Já o quinto participante respondeu ter 10 filhos, um falecido e os restantes com idades compreendidas entre os 22 anos e os 2 meses de vida. No que toca aos dois últimos participantes, um indicou ter 5 filhos, com idades compreendidas entre os 33 e os 16 anos, enquanto o outro revelou ter 4 filhos, com idades compreendidas entre os 14 e os 6 anos.

Isto significa que, a média de filhos por participante é 5, o que se prende com o facto de São Tomé e Príncipe ser um país em que as famílias têm muitos filhos. Para além disso, os filhos destas famílias são muito jovens, o que se comprova pelas idades apresentadas. Assim, verifica-se uma relação com o referido no início desta dissertação sobre o facto de existirem muitas crianças/jovens em São Tomé e Príncipe.

## **2.2. Perfil Profissional das Famílias**

Quanto a questões profissionais, os participantes foram questionados, essencialmente, sobre habilitações literárias e profissão atual, bem como trabalhos anteriores e preferência entre uns e outros. Desta forma, é possível apresentar as seguintes informações: 5 entrevistados afirmaram ter concluído a 4<sup>a</sup>/5<sup>a</sup> classe, enquanto um outro afirmou ter concluído a 12<sup>a</sup> classe (tabela 9).

Ainda no que se refere às habilitações literárias, um dos participantes não mencionou em que ano terminou, mas quando questionado sobre a temática, indicou “quase nada, mesmo até nada, porque eu não tinha condições, ... com a minha mãe, foi p’o Gabão, como eu vim, não tinha condições p’a continuar, parava parava na escola...”

(E6). Este familiar lamenta o facto de ser o mais velho de 14 filhos, o que limitou muito a sua infância e adolescência, já que sempre teve a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos.

Tabela 9 – Caracterização Profissional dos Participantes

		<i>ni</i>
<b>Habilitações Literárias</b>	4ª/5ª classe	5
	12ª classe	1
<b>Profissão Atual</b>	Comércio	3
	Técnico de engenharia civil	1
	Doméstico	1
	Pescador	1
	Segurança	1

Fonte: Elaboração própria.

No que toca às profissões desempenhadas, três participantes fazem o que em São Tomé se denomina de “palaiê”, que diz respeito à venda de produtos (comércio), neste caso, dois vendem peixe e um vende vinho da palma. O participante que tem como habilitação literária a 12ª classe é técnico de engenharia civil. Por outro lado, os outros três participantes desempenham profissões diferentes, sendo que um é doméstico, outro é pescador e outro é segurança.

Desta forma, verifica-se a estreita relação entre habilitações literárias e profissão desempenhada, já que os participantes com habilitações literárias mais baixas têm profissões que exigem menos formação.

Por outro lado, não existe muita variedade de profissões, sendo que a maioria dos participantes apenas desempenhou a profissão que afirma desempenhar atualmente. Esta questão permite refletir, mais uma vez, sobre as reduzidas habilitações literárias, que não lhes permite mudar com regularidade de profissão. Para além disso, poder-se-á pensar sobre um sentido de habitação, já que a pouca formação não permite arriscar e abraçar novos desafios.

No entanto, é importante mencionar que o participante que é técnico de engenharia civil, é também agricultor na sua própria casa, além de trabalhar noutras áreas como carpintaria, respondendo que o que mais gosta de fazer é manter a sua vida ativa, realizando “tudo quanto eu tenho paixão, que eu aprendi! Eu se houver oportunidade,

quer apoio, quer ajuda, eu faço! Empreendedor também sou, na área do comércio também, sou empreendedor também!” (E2). O dinamismo a nível profissional deste participante, ao contrário do referido anteriormente, pode ter um vínculo com a sua elevada formação e com a capacidade e competências de trabalhar em diferentes áreas.

Porém, este não é o único participante com uma vida profissional ativa, também aquele que desempenha funções como segurança afirma que é um “pequeno agricultor” e que tem “uma roça, mas falta ajuda! Não tem pessoa p’a ajudar, eu faço pequeno negocinho também, fraco, fraco! Às vezes um bocadinho de banana, um bocadinho de kéké petróleo, às vezes anda mato com farinha mandioca vender... é isso é p’a não ficar parado!” (E3).

O facto de se conciliar diferentes trabalhos também pode estar relacionado com o facto da profissão principal não permitir obter um bom rendimento, pelo que se recorre a diferentes áreas de trabalho, de maneira a conseguir mais estabilidade financeira.

### **2.3. Perfil Económico das Famílias**

Quanto ao seu perfil económico, os participantes foram questionados sobre a adequabilidade do seu salário em relação ao trabalho desenvolvido, no âmbito do qual, aqueles que trabalham como “palaiê” mencionam que o salário recebido depende muito do que se vende. No entanto, um dos participantes refere que a mudança de localização do mercado interferiu com as vendas, pelo que afirma que “quando mercado tava na cidade, salário tava bom e desde que mercado acabou na cidade, foi p’a Bobo Foro, já não, salário não favorece! Nós andamos na roça roça... Pantufo... já, negócio não tá a favorecer... agora quase não vende... nem acabou, agora que eu cheguei, porque eu tinha entrevista contigo, eu tive que vir mais cedo, negócio não tá a favorecer mais...” (E6).

Por outro lado, tanto o participante que desempenha funções como segurança, como aquele que é pescador afirmam que o salário ganho não é suficiente para cobrir todas as suas despesas, o que se relaciona com o referido anteriormente, acerca de recorrer a outras atividades para conseguir alcançar uma maior estabilidade económica. Por fim, o participante que desempenha funções como técnico de engenharia civil afirma que o seu

salário está dentro do normal, defendendo que “se nós ir buscarmos um salário justo, é difícil de responder salário justo! Todo mundo quer mais, mas dizer também que o salário que eu recebo não está muito compatível ao que eu faço, não é injusto! Porque conhecendo a realidade do país, conhecendo a economia e tudo, quem não contenta com o pouco bocado, não terá o muito! Então, não me satisfaz, também eu me contento! Digo que tá dentro do normal, não sei se fiz entender!” (E2).

Um dos participantes, devido à incompreensão da questão ou incapacidade de resposta, não disse se o salário era ou não justo, tendo em consideração o trabalho que realizava.

No que se refere a apoios económicos recebidos pelo estado, todos os participantes disseram não receber qualquer tipo de apoio, à exceção do último (E7), que afirmou receber apoio alimentar, apesar de não ter conseguido explicar qual a entidade que lhe dá o valor para o efeito. Um dos participantes afirmou nunca ter recebido, porque a “sorte não ajudou ainda! Mas preciso (riso)! Conversando que se entende” (E3), sendo que esta resposta, além de realçar a simplicidade, também se destaca pela falta de conhecimento e pela crença de que um dia poderá recebê-lo, quando a sorte estiver do seu lado.

Para além desta resposta, importa olhar para uma outra que nos diz que “quem tem padrinho na cozinha” (E1) é que recebe apoio económico do estado, isto quer dizer que, só com conhecimentos e contactos é que existe a possibilidade de receber estes apoios. Neste caso, também se verifica um sentimento de injustiça e impotência, já que só alguns recebem estes apoios económicos, basta conhecer a pessoa certa.

## **2.4. Características Sociais das Famílias**

No que se refere ao perfil social, propriamente dito, os participantes foram questionados, entre outros, acerca da sua inserção em grupos comunitários, motivo de institucionalização das crianças que lhes são familiares e visitas realizadas ou não a estas. Relativamente a grupos comunitários quase todos frequentam a igreja, mas não consideram fazer parte dela, uma vez que, não apoiam, a nível prático, as atividades



proporcionadas por este organismo. Porém, um dos participantes refere não fazer parte de nenhum grupo da comunidade.

Concernentemente ao motivo de institucionalização apresentam-se as seguintes razões:

Tabela 10 – Razões da Institucionalização

<b>Razões da Institucionalização</b>	“É que (...) <b>mãe bebia!</b> ”, “Bebia demais e <b>não tinha assim uma boa mente</b> ”, “Só que a <b>mãe não está mais na vida!</b> ” (E1)
	“ <b>ela foi à psiquiatria</b> , porque depois teve <b>depressão</b> , a mãe dos meninos parou psiquiatria e o pai dos meninos, mais a avó que é a sua mãe, mãe do pai, pega nos meninos e leva lá para a Casa dos Pequeninos, porque não querem criar, não podem criar!” (E2)
	“Por motivo de (nome) foi p’a Casa dos Pequeninos porque momento quando eu tive com mãe, mãe deixou-me com ele novo, desde pequenino, <b>mãe foi embora e eu fico com ele no colo</b> , pedi apoio de alguém ajudar-me, que ele segurou, que caiu lá! Que ele chegou lá!” (E3)
	“É quando <b>mãe tava doente!</b> Mãe tá doente e não tem esse resistência p’a mamar criança” (E4)
	“Senhora <b>tomou na estrada...</b> ”, “Levou bebê, <b>mãe tava embriagada...</b> ” (E5)
	“Eu não sei, porque não estava cá!”, “Eu não sei, porque quando minha mãe morreu, é que eu vim p’a São Tomé! E quando eu vim, porque <b>minha irmã tem problema na cabeça</b> , depois...”, “Então, e eu vim p’a São Tomé! Quando vim p’a São Tomé, vi essa minha irmã ainda! <b>Essa minha irmã morreu pouco tempo</b> , mãe do (nome)!” (E6)
<b>Abuso sexual de menores</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em conta as informações recolhidas nas entrevistas e apresentadas na tabela 10, pode-se perceber que os motivos que levaram à institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninos estão relacionados com problemas de saúde mental apresentados por algumas mães, incapacidade de garantir resposta às necessidades básicas das crianças, abandono materno, alcoolismo e abuso sexual de menores. Para além disso, é importante destacar o falecimento de algumas mães.

Considerando os fatores de risco apresentados no guia de orientações para profissionais de ação social relativos ao modelo ecológico, já abordados anteriormente, verifica-se que o elevado número de filhos, o desconhecimento das necessidades infantis, o défice do exercício das responsabilidades parentais e algumas vulnerabilidades particulares, como o alcoolismo são princípios que colocam em risco as crianças. As entrevistas realizadas confirmaram que há crianças institucionalizadas

na Casa dos Pequeninos, cujo bem-estar foi colocado em risco pelos fatores de risco acima mencionados.

Por outro lado, e no que se refere às visitas realizadas, destes 7 familiares entrevistados, apenas um disse que não ia visitar a criança, o que também se verificou pela falta de conhecimento demonstrada nas respostas dadas.

### **3. Capacidade de Resposta às Necessidades de Desenvolvimento das Crianças**

A segunda parte da entrevista constitui-se pela interpretação dos parâmetros que pertencem ao primeiro domínio do modelo ecológico e que diz respeito à forma como as famílias respondem às necessidades de uma criança. Os aspetos avaliados foram a saúde, a educação, o desenvolvimento emocional e comportamental, a identidade, o relacionamento familiar e social, a apresentação social e a capacidade de autonomia.

Em primeiro lugar, indica-se que as questões elaboradas, apesar de já se considerar incluírem uma linguagem simples e de fácil compreensão, na prática, verificou-se, exatamente, o oposto, o que se deve, não só à falta de conhecimento geral, como também à diferença na pronúncia das palavras e aos dialetos utilizados em São Tomé e Príncipe. Esta questão prende-se com a necessidade de adaptação do investigador, já mencionada.

No que diz respeito a questões de **saúde**, os familiares foram questionados sobre o seu contributo para o crescimento saudável das crianças, sobre a facilidade de acesso a cuidados de saúde, sobre o acompanhamento do estado de saúde das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, entre outros.

Quando questionados sobre o contributo para um crescimento saudável das crianças, alguns familiares ficaram confusos, sendo que o primeiro participante respondeu a esta questão descrevendo como é o dia-a-dia dos seus filhos em casa, como são as suas rotinas que, na verdade, têm influência sobre o seu bem-estar. Por outro lado, o segundo participante falou na importância de fazer sentir as crianças “como filho”, “botar amor” (E2), além de mencionar a relevância de garantir alimentação,

vestuário, higiene, em suma, atender às suas necessidades. Ainda nesta questão, o terceiro participante destacou a presença paterna como fator contributivo para o crescimento saudável das crianças, enquanto que, o quarto participante abordou a importância da vitamina. Para além destes, o quinto participante respondeu que a aproximação da criança é fundamental para o seu crescimento, não tendo explicado em que sentido é que esta se pode dar. Também o sexto participante falou do amor, já que “não tenho nada p’ a dar eles, o que é que eu tenho p’ a dar eles é amor, carinho, um pão de cada dia p’ a ajudar as crianças p’ a ver quando eles crescer também p’ a me ajudar também, que eu não tenho mais p’ a dar eles” (E6).

O último participante, por se verificar algum défice cognitivo ou falta de conhecimento, não respondeu a esta questão.

Porém, nem sempre se destaca esta falta de informação, apesar da sua existência, é importante refletir sobre o que os entrevistados responderam acerca de como podem contribuir para o crescimento saudável das crianças: importância de criar rotinas, garantir resposta às necessidades básicas, presença paterna ou até a importância de construir uma relação com a criança/alimentar sentimentos, que se crê ser fundamental em comparação a qualquer tipo de recurso material/bem supérfluo.

Correlacionando com a importância do bem-estar físico e mental a nível de saúde, como referiram Oliveira e Pimentel (2021), há fatores de proteção verificados em contexto familiar capazes de promover este bem-estar, como vinculação segura com a criança, a disponibilidade emocional e a comunicação ou expressão de afetos (AAVV, 2011), todas com relação às respostas dos familiares referidas anteriormente.

No entanto, torna-se fundamental destacar também uma outra resposta: a referência à aproximação à criança como fulcral para o crescimento mais saudável da mesma, apesar do participante em questão não promover esta aproximação. Importa refletir que este, na teoria sabe como se faz, mas na prática as circunstancialidades da sua vida não o permitem proporcionar momentos de aproximação familiar.

No que diz respeito a idas ao médico, a maioria dos participantes referiu que apenas se marca consulta médica quando há sinais de doença, já que “vai depender porque, aqui quase criança não adocece, quando sente um bocadinho de febre, eu levo eles p’ a posto, faz tratamento, se tem paludismo ou se tem angina, qualquer coisa” (E6). Pelo contrário,

referente a este aspeto, destaca-se a resposta do participante com um maior nível de conhecimento que salientou a importância de ir ao médico trimestralmente.

Concernentemente ao acesso a cuidados de saúde, um participante referiu que não é fácil encontrar especialistas de saúde mental, apenas para quem tem recursos, já que “para ter uma saúde boa, tem que ter dinheiro” (E1), pelo contrário, este mesmo participante indicou que existe atendimento psicológico nos postos de saúde. Além disso, definiu saúde mental como “quer dizer você fica aqui a pensar uma coisa, mas fica tipo doente! Adoece à toa, quer dizer através de pensamento” (E1). Contudo, um outro familiar, quando questionado sobre a facilidade de acesso a postos de saúde, indicou “é fácil sim, nós temos! Só não vai quem não quer ir! Agora, o atendimento é que aqui depende de pessoa p’ra pessoa no humanismo! Porque há quem é pessoa, mas não é humano, o lado humanismo é que é isso, o atendimento! Agora dizer que não tem posto, médico, não tem hospital, não sei quê, não! Outras carências nós sabemos, é África, é São Tomé, não produz nada, não tem fábrica de nada, não tem indústria de medicamento, não tem não sei o quê, tem que comprar, depende da Europa, da Ásia, do continente americano!” (E2).

Este participante mencionou que São Tomé tem cuidados de saúde e que o acesso é fácil, no entanto, referiu que é necessário aumentar o número de técnicos e melhorar a capacidade do atendimento, tornando-o mais eficaz. Por outro lado, ainda sobre o acesso a recursos de saúde, um outro familiar destacou a falta de medicação no próprio hospital de São Tomé, concordando com um familiar que mencionou a dificuldade em comprar medicação. Para além disso, nem todos os participantes vivem em lugares bem localizados no sentido de proximidade a edifícios, pelo que um dos familiares entrevistados abordou a longa distância física do posto de saúde mais próximo da sua casa.

De todos os participantes, considera-se que apenas 3 não acompanham o estado de saúde das crianças que estão institucionalizadas na Casa dos Pequenos, porque não procuram saber, não têm uma relação segura com os responsáveis institucionais e não manifestam interesse. Para além disso, pode-se realçar, novamente, a falta de conhecimento.

No que diz respeito à **educação**, os participantes foram questionados sobre a importância das brincadeiras entre crianças, sobre a existência ou não de bibliotecas e

locais onde se vendem livros e em que medida é que a fomentação da leitura infantil é importante para a criança. Para além disso, foram colocadas algumas questões de forma a se perceber se acompanham ou não a vida escolar das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos.

Desta forma, afirma-se que a maioria dos participantes concordam com a importância das brincadeiras entre crianças, para o seu bem-estar. Contudo, um dos entrevistados mencionou que no quintal onde vive não tem vizinhos com crianças, pelo que as brincadeiras dos seus filhos com outras crianças só acontecem na escola e aí só o professor acompanha, tal como refere “na escola, eu não acompanho! São os professores, eu não acompanho” (E2). Contudo, afirma “mas, ali no quintal é só o acompanhamento entre os irmãos! E, de vez em quando também meter na brincadeira! Porque se ela tá a saltar à corda, eu também salto! (...) E se a mãe for, é recordar e fazer morar no coração, quando você parte desse mundo, a lágrima sai porque já não tem mais aquela pessoa que faz aquela brincadeira! Para mim morar no coração da pessoa, é fazer isso! E isto é que faz botar a lágrima! Quando você, mesmo adulto, mas faz como criança! O convívio, a interação entre pessoa!” (E2).

Este entrevistado considera que, apesar de não acompanhar as brincadeiras das crianças na escola, tem um papel ativo nas brincadeiras em casa e entre irmãos e que a sua presença e a presença da mãe também são importantes, neste contexto. Por outro lado, e mencionando novamente, fatores de proteção, o envolvimento nas brincadeiras permite criar interações positivas entre pais e filhos e promover o bem-estar das crianças, de modo a que estas se sintam seguras em ambiente familiar (AAVV, 2011).

Por outro lado, e quanto à fomentação da leitura, nem todos a consideram fundamental, o que se pode justificar com a falta de recursos e com a distância física entre as moradas de alguns participantes e os locais de venda de livros/bibliotecas. No entanto, referindo mais uma vez o entrevistado com mais formação, este concorda com a importância dos livros, principalmente dos livros da escola. O mesmo afirma “incuto neles que todos os cadernos, livros que vocês estudam com ele, guardam, porque o saber nunca é deitado fora!” (E2), além disso também refere que “o livro é o maior banco do saber” (E2). Para além deste, um outro entrevistado, apesar da falta de recursos, afirma que é importante que as crianças estudem e que tenham conhecimentos como se verifica em “criança tem que ter estudo! Criança sem estudar também não desenvolve conhecimento” (E3).

Torna-se fundamental pensar que a falta de recursos económicos limita a possibilidade de alguns idealizarem a formação e fomentarem a leitura, já que há outras necessidades primordiais. É importante demonstrar compreensão e apoio para com as famílias que têm de escolher entre alimentação e formação. Contudo, também se pode pensar em gestão de recursos, sendo que existem famílias em São Tomé e Príncipe que poderiam beneficiar desta. Mais à frente, poder-se-á analisar o consumo moderado de álcool, porém, abdicando deste, poder-se-ia conseguir contribuir mais um pouco para a formação das crianças e fomentação da leitura infantil, por exemplo.

Concernentemente ao acompanhamento da vida escolar das crianças da Casa dos Pequeninos, considera-se que, à exceção de um dos entrevistados, os restantes familiares não a acompanham. Tal como a nível de saúde, não há manifestação de interesse em atentar à vida escolar das crianças institucionalizadas. Destaca-se ainda um participante que afirmou que a criança que lhe é familiar frequenta a escola, mas na realidade não frequenta, por limitações a nível de saúde mental, o que salienta a falta de conhecimento da situação da criança em questão.

Um outro parâmetro de avaliação relativo à resposta às necessidades desenvolvimentais das crianças diz respeito ao seu **desenvolvimento emocional e comportamental**, contudo nem todos os participantes foram questionados acerca deste aspeto. Isto porque no decurso das entrevistas, as respostas eram pouco concretas e considerou-se não fazer sentido pelas dificuldades encontradas. No entanto, os que foram questionados, responderam acerca da importância de demonstrações de afeto às crianças para o seu desenvolvimento e da adaptação destas a mudanças ocorridas na sua vida.

Em primeiro lugar, no que se refere às demonstrações de afeto, três entrevistados consideram-nas fundamentais para o desenvolvimento da criança, um dos quais menciona que o afeto deve ser dos primeiros aspetos a ser considerados quando se trata da sua educação. Desta forma, define-o como o “lado humanismo, a palavra que eu uso é humanismo! O humanismo vem do carinho, afeto, atenção e tudo!” (E2).

Em segundo lugar, indica-se que três participantes acreditam que as crianças que estão à sua responsabilidade se adaptam facilmente a mudanças. Contudo, constatou-se que um familiar tem crianças que não se adaptariam a uma mudança facilmente, mencionando que pudessem desenvolver sentimentos de tristeza.

Considera-se que se o desenvolvimento emocional e comportamental for trabalhado nas crianças, proporcionando as tais demonstrações de carinho e de afeto e aprimorando as suas capacidades de adaptação a diferentes contextos, potencia-se, simultaneamente, um fator de proteção que diz respeito à sua capacidade de empatia e de proatividade (AAVV, 2011). Porém, não se considera, de um modo geral, que as crianças institucionalizadas tenham, pelo menos, esta capacidade proativa, já que no âmbito de atividades cognitivas desenvolvidas pelas auxiliares de educação, não se observa esta característica. Pelo contrário, na realização destas atividades verificam-se dificuldades em manter atenção. No entanto, considera-se que, a nível emocional, o trabalho desenvolvido pelas cuidadoras da Casa dos Pequenininos permite limitar qualquer tipo de sentimentos negativos, além de se identificar a tal capacidade de empatia nas crianças.

Por outro lado, os inquiridos responderam a questões relacionadas com a **identidade** das crianças da Casa dos Pequenininos, procurando-se perceber até que ponto é que as conhecem. Assim, foi-lhes pedido para fazerem uma breve descrição das crianças e considera-se que, de um modo geral (4 participantes), os familiares não conhecem as crianças que estão na Casa dos Pequenininos. Tendo em consideração as respostas dadas, dois entrevistados não conseguiram, à partida, fazer uma descrição concreta, sendo que as suas respostas foram condicionadas com exemplos dados pelo entrevistador. Um outro participante não foi questionado, porque se compreendeu que não conhece a criança que lhe é familiar, já que esta tem um problema de saúde mental e o participante referiu ser um problema de fala. Para além disso, neste caso concreto, o entrevistado não visita a criança, por isso não consegue fazer uma descrição da mesma. Um outro participante caracterizou o comportamento da criança como forma de descrever a criança. Para além deste, também noutra entrevista se obteve uma resposta relacionada com o comportamento da criança quando visitada “eu entendi que ele fica, ele tá, tipo se acha uma pessoa lá, quando ele vê pessoas, ele fica um bocadinho triste...” (E6).

O facto dos familiares não conseguirem descrever as crianças, prende-se, não só com a falta de informação, já que não há uma procura regular em saber como estão, não se identificando qualquer tipo de contacto com os responsáveis da Casa dos Pequenininos e também com a falta de visitas. Contudo, considera-se que a não visitação das crianças também pode estar relacionada com o défice a nível de recursos e o distanciamento físico entre a zona de residência e a Casa dos Pequenininos. Portanto, se não há contacto

presencial com as crianças, também não pode haver forma de as conseguir descrever, identificando-se falta de conhecimento interpessoal.

Considera-se fundamental desenvolver formação para os familiares, já que pode ser a estes que será atribuída a guarda das crianças, findo o seu percurso na Casa dos Pequeninos, tornando-se imperativo que se proporcionem momentos de conhecimento interpessoal.

No que se refere ao **relacionamento familiar** procurou-se que os entrevistados descrevessem a sua relação com as crianças, e a relação destas com outros familiares que lhe fossem próximos. É importante destacar que as crianças da Casa dos Pequeninos, familiares dos entrevistados, apenas se relacionam com estes e, ainda assim, a relação não é muito próxima.

Com isto, indica-se que o primeiro entrevistado já visitou a criança, tendo referido apenas duas visitas, pelo que se considera não existir conhecimento nem consistência no relacionamento. Este entrevistado também indica a presença do pai da criança, no entanto, não se verificam quaisquer registos de visitas.

Por outro lado, o segundo entrevistado defende a relação das crianças com os familiares maternos, contudo indica a inexistência de relação com os familiares paternos, já que não há manifestação de interesse por parte dos mesmos.

O terceiro entrevistado descreve a relação com a criança, como sendo uma relação de amizade, afirmando que “são amigos! Quando vou p’a lá, às vezes, levo bolachinhas (riso)” (E3). Afirma que a criança também se relaciona com a mãe, mas que esta vive a uma maior distância física da Casa dos Pequeninos, o que influencia a regularidade das visitas.

O quarto entrevistado refere que com a criança que lhe é familiar mantém uma boa relação, indica que a mãe da criança faleceu, que tem dois irmãos a viver na ilha do Príncipe, e que o pai vê a criança quando o entrevistado a vai buscar, indicando que a criança não frequenta a localidade do pai, já que existe muita violência. Importa destacar que no final da entrevista o participante falou, via telefone, com a criança, o que foi possibilitado por uma responsável institucional. Desta conversa, verificou-se uma vontade expressa da criança em ficar com o participante, sem qualquer tipo de condicionalismo. Apesar de não ter muitos conhecimentos e de se verificar um défice a



nível de recursos físicos, pode-se afirmar que, neste ambiente, a criança sente segurança e estabilidade emocional, sendo que de outra forma, não expressava vontade de estar com o familiar em questão.

Pelo contrário, considera-se que o quinto entrevistado não estabelece qualquer tipo de relação com a criança, o que se justifica com a sua falta de conhecimento acerca da situação de vida da mesma e também com o facto de nem sequer a visitar.

No que diz respeito ao sexto entrevistado, a criança que lhe é familiar tinha uma irmã a trabalhar como cuidadora na Casa dos Pequeninos. Esta era a sua familiar mais próxima, contudo faleceu. Assim, atualmente, o participante nesta pesquisa é o familiar mais próximo, sendo o único que visita a criança e que tem algum interesse em saber como esta se encontra.

O último participante menciona ter conversado com os pais das crianças em causa para que pudessem vir visitá-las, no entanto, não existe registo de uma única visita. Neste sentido, além do entrevistado e de uma tia, não se verifica existirem outros familiares com quem as crianças tenham um elo de ligação.

É importante refletir sobre a superficialidade das relações familiares das crianças da Casa dos Pequeninos. Além de se relacionarem com poucos familiares, também não se verificam relações consistentes. De um modo geral, não se identificam vínculos seguros, um dos fatores protetivos referidos no enquadramento teórico (AAVV, 2011). Considera-se que as crianças não têm uma base de estrutura familiar que lhes dê suporte, o que, inevitavelmente, pôs em causa o seu bem-estar e originou a sua institucionalização. Muitas delas encontram-se na Casa dos Pequeninos desde muito novas, algumas desde o seu nascimento, o que condicionou a existência de um organismo que desempenhasse o papel de primeiro agente socializador, como refere Rocha et al. (2015). Estes autores defendem a família como um elemento cujo papel na vida de qualquer pessoa é muito importante, uma estrutura base, que às crianças da Casa dos Pequeninos foi retirada.

Outro parâmetro avaliado no âmbito deste domínio do modelo ecológico é a **apresentação social** e a forma como as crianças se enquadram em diferentes contextos. A este nível, todos os familiares afirmaram com certeza e convicção educar as crianças que estão à sua responsabilidade quanto à higiene e mudança de roupa, mediante o contexto.

Apesar de todas as fragilidades/dificuldades com água e energia em São Tomé e Príncipe, verifica-se que, de um modo geral, as crianças usam as melhores roupas na frequência da escola, e quando retornam a casa higienizam-se e vestem uma roupa que esteja em pior estado. Também na Casa dos Pequeninos se observa o mesmo sentido educativo, as crianças utilizam na ida à escola o vestuário em melhor estado e a bata escolar. Quando regressam da escola, mudam de roupa e de calçado. Assim, são educados para que a sua apresentação social se enquadre mediante cada situação e lugar.

O último aspeto avaliado tem relação com a forma como se capacitam as crianças no sentido de se tornarem **autónomas**. Desta forma, os participantes foram questionados sobre a forma como educam relativamente à aprendizagem das tarefas domésticas. Assim, todos concordam com a importância de educação para a autonomia, ensinando e promovendo a participação das crianças nas tarefas domésticas, nunca descorando das brincadeiras que fazem parte da infância.

Em São Tomé e Príncipe, as crianças começam a prestar auxílio nas tarefas domésticas desde muito cedo, o que faz com que se sintam prestáveis. Considera-se que esta educação para a autonomia é muito importante, desde que não interfira com a sua qualidade de vida. Contudo, por vezes, começam a ter um papel ativo na vida doméstica demasiado cedo, principalmente, as meninas. Em conversa com uma colaboradora da Casa dos Pequeninos, esta destacou que as meninas devem ter um papel ativo na execução das tarefas domésticas. Esta afirmação relaciona-se com a sociedade em que cresceu esta colaboradora, aprendeu que a mulher deve cozinhar, lavar roupa, entre outros. Assim, o que aprendeu, faz questão de transmitir às crianças da Casa dos Pequeninos. Neste caso, deve-se refletir sobre a importância da aprendizagem das tarefas domésticas, não destacando só a mulher, já que todos devem saber fazê-las.

#### **4. Competências Parentais**

O domínio das competências parentais representa a terceira parte do guião de entrevista e nesta foram elaboradas questões referentes aos cuidados básicos, à segurança, à afetividade, à estimulação, ao estabelecimento de regras e limites e à estabilidade.

Aquando da realização das entrevistas, verificou-se que as questões compreendidas no domínio dos **cuidados básicos** já tinham sido feitas anteriormente, no parâmetro da saúde e no da apresentação social da segunda parte da entrevista. Assim, no seu decurso, estas foram questões que deixaram de ser feitas, no entanto, um dos participantes abordou alguns ensinamentos que, na sua opinião, podem melhorar o desenvolvimento das crianças, como por exemplo, “se alguém de tipo fazer algo que não é do agrado, para não insultar, não ignorar, sempre escutar os mais velhos e quando os mais velhos de tipo chama, manda recado, tem que fazer recado” (E1). Além disso, a toma de banho, que também já tinha sido abordada, surge nas rotinas diárias das crianças que estão à responsabilidade dos participantes.

O desempenho de uma parentalidade positiva é muito importante para o desenvolvimento das crianças e, uma vez que, os pais/cuidadores são tidos como exemplos a seguir (Coutinho, 2003), torna-se fundamental que estes adotem ações que possam ser replicadas. Também a nível de cuidados básicos, é imperativo que estes sejam assegurados às crianças. Já se abordou a questão do estado de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe, pelo que muitas vezes, as famílias ficam limitadas aos recursos que têm e, tendo em conta esta dependência, também o desenvolvimento das crianças pode ficar comprometido. No que se refere à higiene, também abordada anteriormente, apesar da falta de recursos, em São Tomé e Príncipe, procura-se que as crianças sejam educadas neste sentido.

No que concerne à **segurança**, os filhos de todos os entrevistados andam sozinhos na rua e fazem, por exemplo, o trajeto casa/escola sem acompanhamento. Contudo, os participantes mencionam educar para que tenham conhecimento que nem todas as pessoas têm boas intenções.

É importante que haja este tipo de educação em que se distingue na teoria que há pessoas com boas intenções e pessoas com más intenções. Como mencionado, na sociedade de São Tomé e Príncipe, muitas crianças fazem o percurso para a escola sozinhas e retornam a casa da mesma forma. Assim, percebeu-se, por intermédio da observação, que é muito comum as crianças irem sozinhas para a escola, tornando-se difícil perceber quais se encontram numa família estável e quais não se encontram a viver a mesma estabilidade. Isto porque há casos de crianças da Casa dos Pequeninós, que foram encontradas na rua sem qualquer tipo de suporte familiar.

No parâmetro da **afetividade**, os familiares foram questionados sobre o elogio e em que medida é que este influencia o bem-estar do ser humano, no geral, e dos mais novos, em particular. Para além disso, também foram inquiridos sobre como agem quando as crianças fazem algo de errado. Todos os participantes concordaram que o elogio é muito importante para o bem-estar da criança, “elogio, muito importante! Quando elogia criança, ou que seja pessoa e que algo que fez está correto, tem que haver elogio! Elogio traz alegria e alegria traz saúde, tem que ser elogiado!” (E2). Pelo contrário, quando as crianças fazem algo de errado, os familiares concordam que se deve conversar “fala com eles” (E4), apesar de existir quem “às vezes, toma mão e põe palmatória na mão” (E5).

Este tipo de ação é alvo de muitas reflexões, nos dias de hoje, e pode comprometer a resposta dada às necessidades emocionais e afetivas da criança, contribuindo para um aumento de sensações de insegurança, ao contrário do que defende Canhão (2007). Assim, acabam por se construir vínculos inseguros, um fator de risco identificado (AAVV, 2011). Importa que as famílias percebam, neste sentido, o que está em causa e, se futuramente, as crianças da Casa dos Pequenininhos, ficarem à sua responsabilidade, os familiares devem ser capazes de promover o seu bem-estar.

No que se refere à **estimulação**, os participantes foram questionados, essencialmente, sobre quem apoia na realização das tarefas escolares. Numas entrevistas indicaram-se vizinhos, noutras irmãos mais velhos e noutras os próprios progenitores.

Afirma-se que estas respostas foram dadas em relação às crianças que estão à responsabilidade dos entrevistados, sendo que as crianças da Casa dos Pequenininhos são apoiadas a nível escolar por duas auxiliares de ação educativa. Para além disso, a sua estimulação a nível cognitivo também depende destas funcionárias e das cuidadoras da instituição. Mais uma vez, dependentemente da formação e nível de conhecimentos dos entrevistados, se proporciona momentos de estimulação às crianças. Ou seja, espera-se e verifica-se que o entrevistado que apresenta um nível de habilitações literárias de 12<sup>a</sup> classe estimule mais as crianças do que um outro que apenas tenha a 4<sup>a</sup>/5<sup>a</sup> classe.

Quanto ao **estabelecimento de regras e limites**, relacionado com as questões colocadas no parâmetro de afetividade, refletiu-se sobre o que deve ser feito quando as crianças não obedecem e sobre o facto de se recorrer ou não a ações mais agressivas para que entendam se agiram mal. Por conseguinte, obtiveram-se as seguintes respostas:

“pela primeira vez, a gente fala, quando faz segunda a gente fala, terceira vez tem que dar umas coisas/palmadas...” (E1). Contrapondo, nem todos os participantes têm a mesma opinião e houve quem dissesse “não gosto de bater neles, não” (E4), “quando não obedecem, a gente faz ele saber que tá mal, que tá bem! Não é bater até aleijar, não! É só, fazer eles só saber, entender o que tá mal e o que tá bem! Não é p’a bater, não! Criança não é p’a bater! Criança é fazer entender o que tá bem e o que tá mal, não é p’a bater criança!” (E3).

No decorrer das entrevistas, foram encontrados diferentes tipos de pessoas, umas que apesar da falta de conhecimentos já mencionada, têm alguma sensibilidade na relação com crianças. Pelo contrário, há outras que apresentam um nível de exigência/rigidez na abordagem à criança e que pode até ser prejudicial ao seu bem-estar. O estabelecimento de regras e limites é uma competência parental que implica coerência entre o discurso dos que cuidam e as suas próprias ações, uma vez que, como referido os responsáveis das crianças são considerados exemplos a seguir (Canhão, 2007).

O último parâmetro avaliado diz respeito à **estabilidade** e os familiares foram questionados sobre a tranquilidade existente ou não na zona de habitação. Deste modo, indica-se que dos 7 participantes, apenas 1 indicou que na zona onde vive existe alguma violência. Com isto quis dizer que “se você entra em briga com alguém, opah, se não... ninguém se mete com ninguém” (E4). Os restantes participantes descrevem a zona de residência como calma/tranquila.

Torna-se imperativo refletir sobre a tranquilidade espelhada na zona de residência das crianças, em como tem influência no seu bem-estar.

Como já referido, as competências parentais são importantes no desenvolvimento das crianças. Acredita-se ser possível e necessário trabalhar num sentido de parentalidade positiva, promovendo ações de formação para todos os familiares que possam vir a ser responsáveis pela guarda das crianças da Casa dos Pequeninos, de maneira a completá-los, enquanto seres humanos e, enquanto cuidadores.

## **5. Fatores Familiares e Ecológicos**

Por último, no domínio dos fatores familiares e ecológicos foram elaboradas perguntas sobre a história e funcionamento familiar, família alargada, condições habitacionais, situação profissional, rendimento familiar, integração social da família e recursos comunitários.

Ao nível da **história e funcionamento familiar**, os entrevistados responderam a perguntas relacionadas com as alterações ocorridas na família desde o nascimento das crianças em questão, com experiências positivas e negativas vivenciadas pelo familiar na infância, com pontos negativos de ser progenitor(a)/cuidador(a), com a existência ou não de discussões e violência em ambiente familiar, com consumo de álcool e antecedentes criminais.

Tendo em consideração a informação apresentada na tabela 11, pode-se verificar que alteração familiar mais comum prende-se com o falecimento da mãe da criança institucionalizada. No entanto, também surge o caso de quatro crianças institucionalizadas, cujos progenitores, à data da entrevista não têm qualquer tipo de ligação. Também se constata o caso de um progenitor que tem uma nova companheira, que ainda não é do conhecimento da criança em questão. Ainda se refere que uma das crianças teve irmãos depois do seu nascimento e que a sua mãe se encontrava grávida, quando a informação foi recolhida.

As experiências negativas e positivas da infância apresentadas são as que foram vivenciadas pelos entrevistados. Destaca-se que, como seres humanos que são, têm sonhos e relembram a existência desses sonhos como algo positivo, no entanto, estão conscientes que os sonhos nem sempre se concretizam e há adversidades que limitam esta concretização.

Relativamente, às dificuldades sentidas no papel de pai/mãe/cuidador(a), nem todos as souberam especificar, contudo, todos as sentem. O caso do segundo entrevistado é um exemplo, já que afirma que as dificuldades “são várias, mas eu não quero citar! Existem dificuldades várias e eu não quero aqui citar, porque eu gosto sempre passar...” (E2) e, com isto, quis dizer que não lhes dá a devida importância, procurando sempre ultrapassá-las. Também se salienta o facto do sexto entrevistado ter a seu cuidado dois

irmãos com limitações a nível de saúde, o que pode ter influência na adequada resposta às responsabilidades maternas.

Tabela 11 – História e Funcionamento familiar<sup>7</sup>

<i>Aspetos analisados</i>	<i>Entrevistados</i>						
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
<b>Alterações familiares</b>	Falecimento da mãe	Separação dos progenitores	Progenitor com nova companheira	Falecimento da mãe	Irmãos mais novos e gravidez materna	Falecimento da mãe e irmã	Não houve alterações familiares
<b>Experiências negativas</b>	Bater nos colegas de escola	Perda da mãe	Ações erradas	Não indica	Estudar	Cuidar dos seus 13 irmãos mais novos e não ter oportunidade de estudar	Não indica
<b>Experiências positivas</b>	Mudança da sua maneira de ser	Ser criado pela avó e ter tido a oportunidade de aprender com ela	Apoio dado aos seus pais	Brincar e cozinhar	Brincar	Sonhar ser uma pessoa formada e com família	Sonhar com o facto de vir a ser mãe e cuidar do seu marido
<b>Dificuldades como progenitor(a)/cuidador(a)</b>	Não indica	Não indica	Não indica	Não indica	Poucos recursos económicos	Gestão de tempo/muitas responsabilidades	Não indica
<b>Discussões</b>	×	✓	×	×	✓	×	✓
<b>Violência</b>	×	×	×	×	×	×	✓
<b>Consumo de álcool</b>	×	✓	×	✓	✓	✓	✓
<b>Antecedentes criminais</b>	×	×	×	×	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a discussões, quem as refere afirma que em casal há sempre desentendimentos, mas que estes se ultrapassam. Contudo, na última entrevista realizada, verificou-se que, além de discussões, também há momentos de violência “tinha batido, eu também bati ele!” (E7).

No que diz respeito ao consumo de álcool, os entrevistados que o assumem, indicam, consumir de forma moderada.

<sup>7</sup> Legenda: × - não se verifica; ✓ - verifica-se.

De modo a fechar este parâmetro de funcionamento familiar, os entrevistados foram questionados sobre antecedentes criminais na sua família. Assim, 3 dos participantes indicam já ter tido familiares com este tipo de antecedentes, sendo que os casos mencionados se justificam por violência e roubo.

Importa salientar que também o funcionamento familiar é muito importante para o bem-estar dos elementos da família, de modo particular, para o bem-estar das crianças. Dependentemente deste bom funcionamento, as crianças estabelecerão bons relacionamentos sociais (Rocha et al., 2015). Neste sentido, o funcionamento das famílias das crianças da Casa dos Pequeninos está comprometido de alguma forma, o que levou à sua institucionalização. Assim, é de esperar que a sua qualidade de vida e as suas relações sociais também se verifiquem comprometidas.

No que se refere à **família alargada**, das 11 crianças familiares dos 7 entrevistados, 8 têm relação com elementos que dela fazem parte. Isto porque três participantes são tios/tias das crianças em questão e, portanto, constituem a família alargada. Para além disso, duas das crianças recebem visitas de uma tia, que não foi entrevistada.

Simultaneamente ao facto das crianças não se relacionarem com a família próxima, a relação com a família alargada poderia ficar limitada. No entanto, no caso das crianças da Casa dos Pequeninos, é positivo o facto de alguns elementos da sua família alargada se preocuparem com o seu bem-estar. Isto significa que têm consciência que não estando presente os familiares próximos, as crianças não devem ficar simplesmente desamparadas.

Quanto às **condições habitacionais**, fizeram-se perguntas sobre a existência de casa própria, se esta tem ou não instalações básicas, como casa de banho e cozinha, o número de quartos, tendo em conta o número de elementos do agregado familiar e se têm água e energia. Assim, conjugou-se esta informação na tabela 12.

Apesar de São Tomé e Príncipe ser um país em desenvolvimento, deve-se destacar o facto de que todos os entrevistados têm habitação própria, ainda que esta não tenha muitas condições físicas. Por um lado, quase todos indicam ter energia em casa, enquanto que, por outro, apenas duas pessoas afirmam ter água, ao contrário das restantes. Tendo em conta os elementos do agregado familiar, à exceção de dois participantes, os restantes vivem em casas com poucos quartos, tornando-se necessária a partilha do mesmo espaço de dormida por muitas pessoas. A casa de banho é um espaço



habitacional que não integra a maioria das casas (4), ao passo que, a cozinha não integra a casa de 3 participantes.

Tabela 12 – Condições Habitacionais dos Participantes<sup>8</sup>

Aspetos analisados	Entrevistados						
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
<b>Casa própria</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Casa de banho</b>	✓	✓	×	×	✓	×	×
<b>Cozinha</b>	✓	✓	× (tem fogão)	×	✓	×	✓
<b>Nº quartos</b>	2	4	1	3	4	2	1
<b>Nº elementos do agregado familiar</b>	5	9	2	6	10	6	4 (ou 2)
<b>Água</b>	× (no quintal)	✓	×	×	×	✓	×
<b>Energia</b>	✓	✓	×	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria.

Com isto verifica-se que as condições físicas dos espaços habitacionais são muito comprometedoras, o que tem relação com o défice de recursos, já mencionado.

Quanto à **situação profissional**, os participantes responderam ao facto do trabalho desempenhado pelos próprios ter ou não influências negativas na vida das crianças que estão à sua responsabilidade. A este nível, todos concordam que a sua vida profissional não interfere com o bem-estar das crianças, que há tempo para cuidar e, até que em caso de doença, primeiro está o cuidado, “nós podemos parar para poder cuidar deles” (E1).

Importa considerar que as entrevistas foram feitas a adultos, também as crianças podem e devem ter voz ativa e a sua opinião pode ser divergente da que foi dada pelos adultos, que acreditam que a sua situação profissional não tem repercussões na vida das crianças.

Relativamente ao **rendimento familiar**, questionou-se a concordância ou não com o trabalho dos filhos para apoiarem nas despesas familiares. Em primeiro lugar, importa

<sup>8</sup> Legenda: × - não se verifica; ✓ - verifica-se.

salientar que todos os participantes concordam que a vida profissional deve começar o mais tarde possível, entre 18 e 20 anos. Para além disso, alguns também referiram que o trabalho não deve substituir o estudo e que, começando a trabalhar, não é primordial contribuir para as despesas familiares. Indicam que, como jovens, devem até ter as suas poupanças e colaborar com o que podem, no entanto não é requisito obrigatório. Um dos participantes afirma “pelo menos a mim, eu não tenho isso na mente de trabalhar para ajudar nas despesas, não tenho isso na mente! Se depois de trabalhar, com 18, 19, 20, quando tiver empregado, se está a ganhar alguma coisa, se quer colaborar, colabora! Mas, colocar o filho, a partir do momento que começou a trabalhar, a colaborar, eu não tenho essa necessidade!” (E2).

Considera-se que estes familiares têm boas noções sobre o que deve ser a vida de trabalho de um jovem. Se as respostas dadas são coerentes com a prática, salienta-se que as crianças à sua responsabilidade quando se tornarem jovens, terão oportunidades de estudo e não lhes será cobrado qualquer apoio a nível de despesas familiares.

No parâmetro da **integração social** pretendeu-se compreender se os participantes estabelecem ou não uma boa relação com a vizinhança. Assim, à exceção de um participante, os restantes concordam em ter um bom relacionamento com a vizinhança. Contudo, o último entrevistado referiu que na sua zona de residência, por vezes, os vizinhos têm entre si discordâncias.

Tal como nas relações familiares, também nas relações sociais podem surgir conflitos e divergências, o importante é que, de parte a parte, haja adaptações. Para além disso, importa que estas discordâncias não aconteçam na frente de crianças, já que, como referido, estas replicam os comportamentos dos adultos e, ao visualizarem estas ações na zona de residência, podem repeti-las em contexto escolar, por exemplo.

Importa salientar que, a Casa dos Pequeninós, encontra-se localizada numa zona tranquila em que não se verificam quaisquer atritos entre a vizinhança, considerando o observado e dados recolhidos por intermédio de conversas tidas com as colaboradoras.

Por último, no que se refere a **recursos comunitários**, analisou-se, essencialmente, a distância física relativamente à escola, ou mesmo a postos de saúde. Desta forma, verificou-se que a maioria dos participantes vive numa zona de residência bem localizada e com proximidade física de escolas e até postos de saúde. No entanto, dois participantes indicaram que da sua casa até à escola, por exemplo, é um pouco distante.

Também a Casa dos Pequeninos se encontra localizada a pouca distância física de um posto de saúde e da escola primária. Pelo contrário, o jardim infantil fica distante, pelo que as crianças têm de se deslocar de carro.

## Conclusão

A realização desta investigação pretendeu responder à seguinte questão de partida “Como é que as competências parentais e os fatores familiares e ecológicos, ao condicionarem a satisfação das necessidades das crianças, contribuíram para a sua institucionalização?”. Deste modo, o principal objetivo foi analisar as famílias de forma a compreender como os diferentes domínios do modelo ecológico de avaliação do risco e os fatores de risco/proteção por eles evidenciados contribuíram para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequenos.

Neste sentido, a consistência do enquadramento teórico desta investigação possibilitou abordar conceitos fundamentais sobre famílias e parentalidade positiva e perceber um pouco como funciona o acolhimento residencial de crianças e jovens. Para além disso, também foi possível investigar a promoção e proteção dos direitos da criança em São Tomé e Príncipe. No entanto, a investigação focalizou-se sobre o modelo ecológico, o que permitiu discriminar fatores de risco evidenciados por este instrumento de avaliação e que se encontram identificados na tabela 5 desta pesquisa.

Assim sendo, recorreu-se à metodologia qualitativa, particularmente, a um estudo de caso sobre a realidade institucional, na qual foi realizado o estágio curricular da licenciatura da investigadora. Tendo em conta as fragilidades desta realidade, é importante que se trace um caminho consistente de formação de profissionais e, essencialmente, de famílias, que além da pobreza, se confrontam diariamente com falta de conhecimento.

No âmbito desta investigação, pôde-se perceber quais os motivos que levaram à institucionalização das crianças da Casa dos Pequenos. Também com as respostas dadas no âmbito das perguntas elaboradas acerca dos diferentes domínios do modelo ecológico, percebeu-se que estes, em associação aos fatores de risco mencionados contribuíram para o afastamento familiar das crianças.

Como já mencionado, afirma-se que o número significativo de filhos, a desconsideração paternal e maternal das necessidades das crianças e algumas particularidades verificadas nas famílias, como o alcoolismo são fatores discriminados relativamente aos domínios do modelo ecológico e que colocam em risco a estabilidade

das crianças. Neste contexto, com a realização das entrevistas verificou-se que há crianças que se encontram na Casa dos Pequeninos, cujo bem-estar esteve em risco pela existência destes fatores.

Além do objetivo geral, também foi possível responder aos objetivos específicos da pesquisa. Em primeiro lugar, foi caracterizado o perfil sociodemográfico das famílias das crianças institucionalizadas. Assim, considera-se que os familiares, na sua generalidade, têm um baixo nível de escolaridade, têm muitos filhos, têm dificuldades financeiras e poucos recursos, além de não terem uma participação muito ativa nas dinâmicas sociais promovidas pela comunidade.

No âmbito da análise à segunda parte da entrevista, pôde-se constatar que o contexto familiar revela algumas dificuldades, nomeadamente, a inacessibilidade a diferentes recursos, como por exemplo, a medicação a nível de saúde, e também a falta de conhecimento verificada nas respostas pouco desenvolvidas. Também a distância física entre a zona de residência e a instituição de acolhimento tem vindo a contribuir para a pouca manifestação de interesse em relação ao estado geral das crianças. É desta forma que não se verifica proximidade nem conhecimento interpessoal entre as crianças e os familiares, o que, claramente, compromete a capacidade de resposta às necessidades de desenvolvimento da criança.

No que diz respeito às competências parentais, verificou-se que há falta de acompanhamento, por parte das famílias, de um modo geral, da vida das crianças institucionalizadas, nomeadamente, na vida escolar. Também não se verifica o mesmo tipo de acompanhamento no que diz respeito às crianças que estão à responsabilidade dos participantes. Para além disso, nem sempre referem adotar a melhor postura, particularmente, no que diz respeito às crianças que desobedecem. Estas circunstâncias podem evidenciar possíveis fatores de risco e incapacidade de cuidar das crianças que estão institucionalizadas.

Por último, a análise dos fatores familiares e ecológicos, nomeadamente, no que se refere à história e funcionamento familiar permitiu evidenciar algumas situações que podem pôr em causa o bem-estar das crianças institucionalizadas na Casa dos Pequeninos, tais como, a assistência a momentos de discussão familiar. Por outro lado, também as condições físicas das habitações dos familiares podem limitar o bem-estar da criança, já que muitas não têm as instalações básicas necessárias à qualidade de vida.

No decorrer desta investigação e da realização das entrevistas, verificaram-se algumas limitações que têm a ver com o próprio guião de entrevista, dado que há questões que foram elaboradas e cuja significância é a mesma. Como referido anteriormente, considera-se que a linguagem utilizada já era bastante simples, tendo em consideração as limitações a nível de conhecimento do público-alvo em questão. No entanto, presencialmente, foram realizadas algumas adaptações pela incompreensão observada. Contudo, estes aspetos estão vinculados ao carácter subjetivo da investigação e à necessidade de adaptação do investigador, como mencionado na metodologia de pesquisa do presente trabalho.

Para além disso, a falta de contactos nos processos individuais das crianças institucionalizadas condicionou o número de participantes. Também a necessidade de deslocação à zona de residência foi uma limitação, mas, simultaneamente, permitiu a sua observação.

Por outro lado, alguns entrevistados respondem de forma mais completa do que outros, apesar de, de um modo geral, todos terem respondido de forma muito simples. Para além disso, a presença de uma pessoa desconhecida não inibiu a linguagem utilizada, sendo que muitos deles usaram mais do que uma vez, expressões do seu dialeto. Considera-se que este aspeto atribuiu espontaneidade e veracidade à investigação, já que não houve limitação, os entrevistados responderam como compreenderam e o que pensaram.

Numa futura investigação mais profunda, considera-se necessária alguma intervenção, nomeadamente, no que diz respeito a formação, neste caso de famílias, mas também de profissionais. Tal como referido, é fundamental trabalhar e contribuir para um aumento do nível de conhecimentos da população, para que saibam adotar as melhores condutas no sentido prático de se ser cuidador(a).

## Referências Bibliográficas

AAVV (2011). *Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de Orientações para os Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*. Lisboa. ISS IP.

Amaro, F. (2014). *Sociologia da Família*. Lisboa: Factor.

Banco Mundial (2022). *O Banco Mundial em São Tomé e Príncipe*. URL: <https://rebrand.ly/0qmb7ht>

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bettencourt, S. (2017). *Parentalidade Positiva Estudo sobre a perceção da importância da participação em programas de educação parental* (Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia da Educação). Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades, Madeira.

Butler, I. & Roberts, G. (2004). *Social Work with Children and Families: Getting in Practice*. London: Jessica Kingsley Publishers.

Canhão, A. (2007). Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção. *Pretextos – Revista do Instituto da Segurança Social*, (28), 10-12.

Cáritas Diocesana. (s.d.). Regulamento Interno da Casa dos Pequenin@s.

Cáritas (2017). São Tomé and Príncipe. URL: <https://rebrand.ly/dqdmk0>

Carvalho, M. & Salgueiro, A. (Coords.). (2018). *Pensar o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, A. (2021). Teorias e Áreas do Desenvolvimento e Necessidades das Crianças e Jovens. In C. Peixoto, & M. Oliveira (Coord.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo – Conceitos, Práticas e Intervenção* (Cap. 3, pp. 31-39). Lisboa: Pactor.

Costa, A. (2019). *Maus Tratos a Crianças e Jovens – Realidade em São Tomé e Príncipe* (Dissertação de Mestrado não editada, Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco). Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Portalegre.

Coutinho, C. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Coutinho, M. (2003). Formação Parental: Avaliação do Impacte na Família. *Psicologia*, 17(1), 227-244.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Department of Health. (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and their Families*. Consultado a 23 de janeiro de 2023. URL: <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/Framework%20for%20the%20Assessment%20of%20Children%20in%20Need%20and%20Their%20Families%20-%20Guidance%20Notes%20and%20Glossary.pdf>

Elba, E. & Diogo, O. (Coord.) (2015). *Direitos das Crianças em São Tomé e Príncipe*. São Tomé e Príncipe: ACEP e FONG-STP.

Fornari, L. (2021). Introdução. In A. Moreira, P. Sá, & A. Costa (Coord.), *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação – métodos* (Vol. 1, pp. 9-11). Aveiro: UA Editora.

Fortin, M. (2000). *O Processo de Investigação Da concepção à realização* (2ª ed.). Loures: Lusociência.



Furlan, V., & Sousa, T. (2014). Família, Acolhimento Institucional e Políticas Públicas: um estudo de caso. *Psicologia Política*, 14(31), 499-516. URL: <https://bityli.com/Ne0hA>

Gomes, M., & Pereira, M. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363. URL: <https://bityli.com/1kisiq>

Gouveia JR, A. (1999). O conceito de modelo e a sua utilização nas ciências do comportamento: breves notas introdutórias. *Estudos de Psicologia, PUC-Campinas*, 16(1), 13-16. URL: <https://bityli.com/v4HmU>

Gueiros, D. (2010). Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Katál. Florianópolis*, 13(1), 126-132. URL: <https://bityli.com/Raqo2>

Instituto Camões (2016). *São Tomé e Príncipe*. URL: <https://rebrand.ly/gu13p3f>

Instituto Nacional de Estatística (1994). 177 – *Família Clássica*. URL: <https://rebrand.ly/2emkc08>

Lei n.º 19/2018 de 11 de Outubro. *Diário da República – Código de Família*. São Tomé e Príncipe.

Lei n.º 20/2018 de 12 de Novembro. *Diário da República – Código de Organização Tutelar de Menores*. São Tomé e Príncipe.

Marques, J., Faria, S., Silva, P., Vieira, R., & Lopes, S. (2016). A Prática da Investigação no Estudo da Interculturalidade. In Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A., & Margarido, C. (Org.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (Ed. 1716, pp. 125-155). Porto: Edições Afrontamento.

Medina, L., Silva, L., & Cravid, V. (2018, dezembro). *O Papel das Instituições Públicas e Privadas na Promoção dos Direitos da Criança*. Formações dirigidas a membros de Organizações da Sociedade Civil Santomenses.

Menezes, M. (2019). *Proteção à Criança em Tempos de Austeridade. A Intervenção do Serviço Social nas CPCJ*. Edições Esgotadas.

Murillo, M. (2006). Principales Modelos de la Intervención Social y Comunitaria. In M. Mendieta, M. Martín, & T. Espigares (Coord.), *Intervención Social y Comunitaria* (Cap. 3, pp. 45-52). Málaga: Ediciones Aljibe.

Oliveira, M., & Pimentel, M. (2021). Intervenção com Famílias: Modelos e Práticas. In C. Peixoto, & M. Oliveira (Coord.), *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo – Conceitos, Práticas e Intervenção* (Cap. 25, pp. 301-312). Lisboa: Pactor.

Pereira, C. & Agostinho, C. (2015, setembro). *Assumir o desafio de uma Parentalidade Positiva. Um programa de intervenção*. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Atención Temprana y Educación Familiar, Santiago de Compostela.

Pereira, F. (2013). *Guião de Avaliação no Âmbito de um Processo de Promoção e Proteção* (Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores). Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE, Lisboa.

Pirâmide Populacional (2019). *São Tomé e Príncipe*. URL: <https://rebrand.ly/adqjicc>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Relvas, A. (1997). *O Ciclo Vital da Família*. Braga: Revista Portuguesa de Filosofia.

Rocha, P., Arpini, D., & Savegnago, S. (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 99-114. URL: <https://bityli.com/5gpO8>

Rosa, P. (2013). *Uma Introdução à pesquisa Qualitativa em ensino de ciências*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Silva, T., Amaral, S., Fonseca, H., Vieira, A., & Cavalcante, L. (2020). A visita familiar em instituições de acolhimento infantil: fortalecimento de vínculos afetivos. In D. Cruz (Org.), *A Psicologia e Suas Interfaces no Campo Social* (Vol. 1, pp. 58-75). Guarujá: Editora Científica Digital.

SOS Children's Villages International (2014). *International Annual Report 2013*. URL: <https://rebrand.ly/a2la8qx>

Sousa, S., & Pinheiro, J. (2019). Famílias de Classes Populares, Desigualdade Social e Litígios que envolvem Crianças: garantia ou violação de direitos?. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte*, 25(2), 805-819. URL: <https://rebrand.ly/23xb6g6>

UNICEF. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

UNICEF. (2006). *World Report on Violence against Children*. New York: UNICEF.

Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

VOA Português (2019). *Casa dos Pequeninos em São Tomé e Príncipe acolhe crianças abandonadas* (vídeo disponível online). URL: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4srxRfpe5E>

Yazawa, A., Takada, S., Suzuki, H., Fujisawa, T., & Tomoda, A. (2019). Association between parental visitation and depressive symptoms among institutionalized children in Japan: a cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 19(129), 1-9. URL: <https://rebrand.ly/q0azfkk>

# **Apêndices**

## Apêndice 1 – Domínios do Modelo Ecológico

<b>Necessidades de Desenvolvimento da Criança</b>	
<b>Saúde</b>	Diz respeito ao crescimento e ao desenvolvimento, além do bem-estar físico e mental. Para além disso, também aspetos genéticos podem ser tidos em consideração. Esta inclui cuidados de saúde prestados quando a criança está doente, ao nível da alimentação, uma dieta adequada e nutritiva, exercícios físicos, avaliação de níveis de desenvolvimento, cuidados relativos à higiene oral, à saúde da visão. No que diz respeito a jovens, importa que estes sejam aconselhados sobre aspetos que tenham impacto na saúde, nomeadamente questões relacionadas com educação sexual e consumo abusivo de substâncias.
<b>Educação</b>	Constituída pelas áreas do desenvolvimento cognitivo das crianças, que devem ser avaliadas desde o nascimento. Implica as oportunidades de brincadeiras e relacionamento com outras crianças, o acesso a livros, a aquisição de competências a diferentes níveis que tornam possível a emergência de sentimentos de sucesso e realização. Neste sentido, torna-se fundamental que haja um adulto interessado nas atividades educativas, no progresso e nas pequenas conquistas, percebendo se são necessárias atividades de educação especial.
<b>Desenvolvimento emocional e comportamental</b>	Adequabilidade da resposta dada aos sentimentos e condutas da criança, numa fase inicial, relativamente a pais e cuidadores e, progressivamente a outros membros próximos da criança. Este tipo de desenvolvimento abrange também a natureza e a qualidade dos vínculos iniciais, a adaptação a transformações, as respostas dadas em situações de stress e níveis de autocontrolo.
<b>Identidade</b>	Implica o entendimento da criança como um ser individual, que deve ser valorizado. Deve existir uma análise à perspetiva que a criança tem de si própria, das suas competências, dos seus sentimentos de pertença e aceitação pela família e pela sociedade.
<b>Relacionamento familiar e social</b>	Relativo ao desenvolvimento de empatia e capacidade da criança se colocar no lugar do outro. Requer um relacionamento estável e afetivo com os pais e cuidadores, bem como com os irmãos. Para além disso, deve-se rever a adequabilidade das amizades com colegas para a idade e a resposta dada pela família quanto a estes relacionamentos.
<b>Apresentação social</b>	Considera a preocupação da criança no que diz respeito à forma como a aparência e a conduta são perspetivadas pelo outro. Análise do ajuste do vestuário à idade, género, cultura e religião, limpeza e higiene pessoal e aconselhamento dos pais e cuidadores acerca da apresentação em diferentes ambientes.
<b>Capacidade de autonomia</b>	Relacionada com o desenvolvimento de competências práticas e emocionais necessárias à sua independência. Avaliação da aquisição de habilidades práticas iniciais para se vestir, alimentar, oportunidades para desenvolver sentimentos de confiança e habilidades práticas para o desenvolvimento de atividades com outros, que não a família. Para além disso, inclui estimulação da capacidade de resolução de problemas sociais. Deve-se considerar os impactos da deficiência e outras limitações no desenvolvimento de habilidades de autocuidado.
<b>Competências Parentais</b>	
<b>Cuidados básicos</b>	Relacionados com a garantia de respostas adequadas às necessidades físicas da criança, necessidades médicas e necessidades de higiene oral. Abrange respostas dadas à necessidade de alimentação, de manutenção de temperatura, limpeza, adequação de vestuário e de higiene pessoal.
<b>Segurança</b>	Relacionada com a proteção da criança contra todo o tipo de perigos, seja contra danos significativos, seja contra o contacto com adultos ou outras crianças

	inseguras e contra momentos de autoagressão. Implica que haja um reconhecimento de perigos, tanto na própria habitação, como noutra lugar.
<b>Afetividade</b>	Diz respeito à garantia de respostas dadas às necessidades emocionais da criança, assegurando-lhe sensações de valor. Implica salvaguarda de relacionamentos da criança seguros, estáveis e afetuosos com adultos que lhe sejam importantes. Deve existir sensibilidade e capacidade de resposta adequada às necessidades da criança. Reconhecimento do contacto físico apropriado, conforto e elogios (reforços positivos).
<b>Estimulação</b>	Relacionado com o ato de proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado à criança, analisando o seu desenvolvimento intelectual, bem como estimulação cognitiva e promoção de oportunidades sociais. Pressupõe um desenvolvimento cognitivo da criança através de interações, comunicação, resposta à linguagem da criança, participando nas suas brincadeiras e proporcionando oportunidades educativas. Isto quer dizer que se deve estimular o sucesso da criança e assegurar a frequência na escola.
<b>Estabelecimento de regras e limites</b>	Implica que se garanta que a criança se regule a si e às suas próprias emoções. Neste aspeto, os pais e cuidadores devem demonstrar a conduta adequada, avaliando as interações com o outro. Para além disso, a criança deve ser orientada no sentido de imposição de limites para que desenvolva um conjunto de valores próprios e consciência moral, além de adotar uma conduta adequada à sociedade em que está inserida. Visa-se que a criança se transforme num adulto com autonomia, capaz de defender os seus valores e de adotar uma conduta adequada ao outro, ao invés da dependência de regras exteriores. É importante considerar que os pais e cuidadores não devem adotar uma postura excessivamente protetora relativamente a experiências exploratórias e de aprendizagem. A criança deve ser estimulada no sentido de resolução de problemas sociais e gestão de raiva, de sensações.
<b>Estabilidade</b>	Diz respeito à promoção de um ambiente familiar estável de modo a que permita que as dimensões de paternidade e cuidado, anteriormente mencionadas, funcionem de forma consistente. Deve-se assegurar a existência de um calor emocional sólido, garantindo que as crianças se relacionem com membros familiares que não estejam inseridos no agregado e com outras pessoas/crianças.
<b>Fatores Familiares e Ecológicos</b>	
<b>História funcionamento familiar</b>	e Importa considerar que o funcionamento da família depende de quem pertence ao agregado familiar e do modo como se relaciona com as crianças. Assim, a este nível, devem ser consideradas todas as transformações significativas que ocorrem no agregado, além de se analisar as experiências infantis dos pais, os acontecimentos de vida mais marcantes, sua ordem cronológica e o seu significado para os membros da família. Ainda em acréscimo, deve-se identificar a natureza do funcionamento familiar, incluindo as relações estabelecidas entre irmãos e os seus impactos na vida da criança, identificar as forças e fragilidades dos pais e cuidadores, mesmo dos que estão ausentes, além de se avaliar os relacionamentos entre pais separados.
<b>Família alargada</b>	Perceber quais os membros que integram a família alargada, tanto na perspetiva da criança, como na perspetiva dos seus pais e cuidadores. Poderão ser incluídas pessoas que se relacionam entre si e que não se relacionam e também pessoas que se encontrem ausentes. Para além disso, é fundamental perceber qual é o papel desempenhado por estes membros identificados e que importância é que estes têm para a criança e para os pais.
<b>Condições habitacionais</b>	As condições habitacionais relacionam-se com a existência de conforto e instalações básicas ajustadas à idade e ao desenvolvimento da criança. Isto quer dizer que se deve avaliar, não só o interior e o exterior da habitação, como

	também o contexto em que esta se encontra. As condições básicas implicam acesso a água, aquecimento, saneamento, equipamentos de cozinha, quartos, limpeza, higiene e segurança, considerando-se importante perceber qual o impacto destas condições na educação da criança.
<b>Situação profissional</b>	A este nível, importa identificar quais os membros do agregado familiar que trabalham, qual a relação que estabelecem com o contexto de trabalho e com as mudanças que vão acontecendo. Por estes factos, importa perceber quais os seus impactos na vida da criança. Para além disso, importa compreender como é que os membros da família perspetivam o trabalho ou a sua ausência e como é que esta situação afeta o relacionamento com a criança. No âmbito da situação profissional também se pode incluir a experiência de trabalho das crianças e o seu impacto na sua própria vida.
<b>Rendimento familiar</b>	Relativo ao rendimento disponível durante longos períodos de tempo, sendo importante analisar se os rendimentos respondem às necessidades da família. Por outro lado, importa avaliar como é que se utilizam os recursos disponíveis e se existem dificuldades financeiras que afetem o bem-estar da criança.
<b>Integração social da família</b>	No âmbito deste aspeto, importa perceber o funcionamento do contexto mais amplo da comunidade onde a família se encontra inserida e perceber os impactos do mesmo na criança e no seu agregado familiar. Torna-se fundamental analisar o grau de integração ou de isolamento da família, grupos de pares, amizade e redes sociais e a importância que se dá aos mesmos.
<b>Recursos comunitários</b>	Neste caso, importa avaliar os equipamentos e serviços da comunidade (saúde, escolas), a sua disponibilidade, acessibilidade e impacto na família.

Fonte: Butler e Roberts (2004).

## Apêndice 2 – Guião da Entrevista Semiestruturada a aplicar às Famílias

### *Guião de Entrevista*

#### Parte I – Caracterização do Perfil Sociodemográfico das Famílias das Crianças Institucionalizadas

##### A – Perfil Demográfico

###### *Identificação da Criança*

- 1 – Qual o nome da criança institucionalizada?
- 2 – Qual a data de nascimento da criança?
- 3 – Qual o seu grau de parentesco relativamente à criança institucionalizada?

###### *Identificação da Mãe/Pai/Cuidador(a)*

- 1 – Qual o seu nome?
- 2 – Qual a sua idade?
- 3 – Estado civil:  
Solteiro(a)  
Casado(a)  
União de facto  
Separado(a) ou divorciado(a)  
Viúvo(a)
- 4 – Residência:
- 5 – Quantos filhos tem?
- 6 – Qual a idade dos seus filhos?
- 7 – Como é constituído o seu agregado familiar (pessoas que vivem consigo)?

Nome	Relação com criança/família	Data de nascimento	Profissão
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			



## **B – Perfil Profissional**

- 1 – Quais as suas habilitações literárias?
- 2 – Qual a sua profissão atual?
- 3 – Que tipo de trabalhos desenvolveu anteriormente?
- 4 – Quais as suas competências e habilidades de trabalho?
- 5 – Qual a função que mais gostou de desempenhar?
- 6 – Qual o motivo porque já não a desempenha?

## **C – Perfil Económico**

- 1 – O ordenado recebido pelo trabalho que desenvolve é adequado?
- 2 – Recebe algum apoio económico do Estado?

## **D – Perfil Social**

- 1 – Encontra-se inserido em algum grupo social da sua comunidade?
- 2 – Dedicar-se à vida da sua igreja?
- 3 – Os seus filhos estão em alguma atividade para além da escola?
- 4 – Porque motivo o(a) seu(sua) filho(a)/criança que está ao seu cuidado se encontra na Casa dos Pequenininos?
- 5 – Há quanto tempo lá está?
- 6 – Para além deste(a) filho(a) que se encontra na Casa dos Pequenininos, tem mais algum(a) filho(a) que tenha estado numa instituição de acolhimento? Porque motivo?
- 7 – Quanto tempo esteve institucionalizado(a)?
- 8 – Como foi a reintegração na família de origem?
- 9 – Considera que a visita à criança é importante para o seu bem-estar?
- 10 – Quantas vezes por mês visita o(a) seu(sua) filho(a)/criança que está a seu cuidado?
- 11 – Se não visita, quais as razões? (falta de recursos, localização geográfica)
- 12 – Como é que a instituição de acolhimento, ou mesmo o estado, podem apoiá-lo(a) para que possa visitar a criança mais vezes?

## **Parte II – Capacidade de Resposta às Necessidades de Desenvolvimento das Crianças**

### **A – Saúde**

- 1 – Como é que procura contribuir para um crescimento saudável das suas crianças?
- 2 – Como é que procura saber mais acerca do estado de saúde da(s) sua(s) criança(s)?
- 3 – Quantas vezes por ano é que acha que as crianças devem ir ao médico?
- 4 – É fácil aceder aos cuidados de saúde, física e mental? Se não, o que acha que pode ser melhorado?
- 5 – Qual a facilidade de acesso a serviços de saúde dentários? E de visão?
- 6 – Qual a facilidade de acesso a serviços de acompanhamento psicológico?
- 7 – Procura informar os jovens que estão ao seu cuidado acerca da educação sexual?
- 8 – A criança tem alguma doença? Se sim, como procura acompanhá-la (melhorias ou não)?

### **B – Educação**

- 1 – Sabe se a criança brinca com outras crianças? Acha que isso é importante para o seu crescimento?
- 2 – Existem bibliotecas e locais onde se vendem livros no local onde vive? Acha que isso é importante para as crianças?

#### *Situação Escolar*

- 3 – Estabelecimento de ensino
- 4 – Ano/Turma
- 5 – Diretor(a) de Turma/Professor(a)
- 6 – Há atividades de ocupação de tempos livres em que a criança esteja inserida?
- 7 – Como procura acompanhar as notas da escola?

### **C – Desenvolvimento Emocional e Comportamental**

- 1 – Acha que é importante demonstrar carinho à criança? Como é que o faz?
- 2 – A(s) sua(s) criança(s) adaptam-se a mudanças?

## **D – Identidade**

- 1 – Consegue fazer uma breve descrição da criança?
- 2 – Acha que a sua criança acredita nela própria?

## **E – Relacionamento Familiar e Social**

- 1 – Como descreve a relação da criança consigo e outros familiares/cuidadores?
- 2 – Como é que descreve a relação dela com irmãos?
- 3 – De quem é que a criança é mais próxima? E como é que descreve essa relação?
- 4 – Conhece os melhores amigos da(s) criança(s) que estão ao seu cuidado? Que tipo de brincadeiras costumam fazer juntos?

## **F – Apresentação Social**

- 1 – Educa a criança em relação à sua higiene e roupas a utilizar na ida à escola?

## **G – Capacidade de Autonomia**

- 1 – Educa a criança para a autonomia, ensinando-lhe como se fazem as tarefas domésticas (cozinhar, lavar a roupa), por exemplo?
- 2 – É importante ensinar tarefas domésticas, mas as suas crianças têm de fazê-las todos os dias, não tendo tempo para brincar?

## **Parte III – Competências Parentais**

### **A – Cuidados Básicos**

- 1 – Como é que os pais/cuidadores podem melhorar o desenvolvimento das crianças?
- 2 – Os seus filhos tomam banho todos os dias? Se não, porque razão?

### **B – Segurança**

- 1 – As suas crianças andam sozinhas na rua? Se sim, como lhes explica que existem pessoas/coisas perigosas?

## **C – Afetividade**

1 – Acha importante saber mais sobre as amigas das crianças que estão ao seu cuidado (e daquelas que possam vir a estar)? Porquê?

2 – Elogia as suas crianças quando fazem algo correto?

## **D – Estimulação**

1 – As suas crianças procuram saber mais sobre coisas novas? Se sim, sabe fazê-las entender o que é novo para elas?

2 – Existe alguém que as ajude nas tarefas escolares? Se sim, quem?

## **E – Estabelecimento de Regras e Limites**

1 – Procura explicar às suas crianças o que está certo e o que está errado? Como é que o faz?

2 – Como é que age quando a criança não obedece?

3 – Como procura melhorar o seu comportamento quando esta faz alguma coisa de errado?

4 – Bater é importante para que elas compreendam o que é errado?

## **F – Estabilidade**

1 – O lugar onde as suas crianças crescem é tranquilo, sem grandes mudanças? Elas têm uma rotina?

## **Parte IV – Fatores Familiares e Ecológicos**

### **A – História e Funcionamento Familiar**

1 – Desde o nascimento da criança, o que mudou na família? Há alguém novo?

2 – Qual a experiência da sua infância que mais marcas positivas lhe deixou? E negativas?

3 – Quais as maiores facilidades e dificuldades como pai/mãe/cuidador(a)?

*Relação entre a mãe/pai/cuidador(a) e respetivo companheiro(a)*

- 4 – Como descreve a sua relação com o(a) progenitor(a), ou com ambos no caso de ser o(a) cuidador(a)?
- 5 – Como funcionam as atividades da rotina diária? Há apoio entre todos? (como a execução de tarefas domésticas)
- 6 – Há muitas discussões? Se sim, quais os principais motivos?
- 7 – Alguma criança assiste a essas discussões?
- 8 – Há violência na sua família? É costume o(a) seu(sua) companheiro(a) lhe bater? Ou à criança?
- 9 – (para os casos em que os pais estejam separados) Como é que a criança reagiu à sua separação?
- 10 – (para os casos em que os pais estejam separados) Procura manter uma relação saudável com o pai/mãe da criança?

*Consumos*

- 11 – Consome ou já consumiu álcool?
- 12 – Acha que é saudável para a criança crescer nesse ambiente?
- 13 – Consome ou já consumiu drogas?

*Antecedentes criminais*

- 14 – Alguém da família já esteve preso? Se sim, porquê?

**B – Família Alargada**

- 1 – A família alargada da criança (família que não vive consigo) é muito grande?
- 2 – Como descreve a relação da criança com as pessoas que fazem parte dela?

**C – Condições Habitacionais**

- 1 – Tem casa própria?
- 2 – Considera que a sua casa tem as instalações básicas (casa de banho, cozinha com equipamentos) para toda a família?
- 3 – Quantos quartos existem?

4 – Quantas pessoas estão em cada quarto?

Quartos	Número de pessoas da família

5 – Tem água, saneamento, equipamentos de cozinha, energia?

6 – Que apoios sociais é que acha que o governo de São Tomé e Príncipe pode dar para melhorar as condições das casas das famílias?

#### **D – Situação Profissional**

1 – Em que medida é que o seu trabalho prejudica a relação com as crianças que estão ao seu cuidado?

1.1 – Acha que tem impactos negativos na vida das crianças? Se sim, como se pode melhorar esta situação?

#### **E – Rendimento Familiar**

1 – Os seus filhos ou crianças que estão ao seu cuidado participam nas tarefas domésticas?

2 – Acha que é importante eles trabalharem para apoiar nas despesas familiares? Se sim, a partir de que idade?

#### **F – Integração Social da Família**

1 – Como é a relação com os seus vizinhos?

#### **G – Recursos Comunitários**

1 – Como é a distância entre a sua casa e a escola e posto de saúde?

2 – Como é que o governo de São Tomé e Príncipe pode melhorar estes acessos?

3 – Que tipo de apoios tem? (serviços de apoio social)

### **Apêndice 3 – Consentimento Informado**

A presente investigação académica surge pela necessidade de concretização de mais um ciclo de estudos, o Mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga. Esta é uma pesquisa que define como principal objetivo analisar as famílias com o intuito de compreender como os diferentes domínios do modelo ecológico de avaliação do risco e os fatores de risco/proteção por eles evidenciados contribuíram para a institucionalização das crianças da Casa dos Pequeninós.

Informa-se que a sua participação na presente pesquisa é muito importante já que permite contribuir para a produção de conhecimento nesta área. Neste sentido, e para que não haja receio de participação, garante-se a confidencialidade e anonimato dos dados de identificação que fornecerá, uma vez que, os mesmos não surgirão na redação escrita da dissertação e não serão apresentados na sua defesa. Assim, indica-se que a informação recolhida no decurso das entrevistas será utilizada para fins de análise e obtenção de resposta às questões de investigação. Para além disso, informa-se que a participação na pesquisa é de carácter voluntário pelo que a pessoa escolhe se quer ou não participar.

Por estes factos, assumo ter entendido o principal objetivo desta investigação e aceito participar.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Impressão digital (para quem não souber escrever):